

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL EM PORTO ALEGRE

Formou-se, no curso dos últimos anos, uma ampla coalizão de movimentos sociais, organizações não-governamentais e correntes políticas que tem exercido um papel político decisivo na luta contra a globalização neoliberal. São estes grupos que organizaram os grandes protestos de Seattle em dezembro de 1999 e em Washington, no mês de abril, e preparam agora as manifestações que serão realizadas por ocasião da reunião do Fundo Monetário Internacional em setembro, em Praga, na República Tcheca. A articulação destes movimentos e organizações tem exercido um papel cada vez maior de vigilância, denúncia e protesto contra instituições como o FMI, o Banco Mundial, a Organização Mundial de Comércio e a reunião de cúpula dos sete principais países imperialistas, o G-7 (ou 8, quando incorpora a Rússia), que estruturam as políticas neoliberais.

Não é possível subestimar a importância deste processo. Trata-se de uma expressão decisiva do novo internacionalismo na construção do socialismo no século XXI. Este internacionalismo prático já está jogando um papel fundamental nas lutas contra o aprofundamento das políticas neoliberais em diferentes países e em escala mundial. Está também contribuindo para recriar um horizonte estratégico anticapitalista para os movimentos políticos e sociais existentes, como mostraram os protestos internacionais do último ano.

Agora um importante novo passo foi proposto para o fortalecimento desta luta internacionalista. Impulsionada, entre outras organizações, pelo ATTAC, realizou-se em Genebra, nos dias 22 a 25 de junho, uma conferência internacional que definiu a realização do Fórum Social Mundial, nos dias 25 a 30 de janeiro de 2001, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Concebido como um contraponto ao Fórum que as lideranças burguesas realizam todos os anos em Davos, na Suíça, este anti-Davos pode constituir-se em um importante marco de articulação das forças que lutam contra a globalização neoliberal.

O movimento democrático e popular brasileiro – que estava representado nesta reunião, entre outras lideranças, pelo vice-governador gaúcho, Miguel Rosseto – tem uma responsabilidade central, correspondente ao peso social da esquerda em nosso país, na construção desta perspectiva internacionalista concreta para as lutas que construirão nosso futuro.

JOSE CORRÊA LEITE É EDITOR
DO EM TEMPO.

O CAMINHO DAS GREVES

As greves dos dois últimos meses são um sinal de retomada das lutas sindicais de massas. Mesmo com inúmeros problemas políticos para resolver evidenciam o esgotamento do ciclo de hegemonia neoliberal no país.

O noticiário foi tomado pelas mobilizações dos trabalhadores rurais sem terra, que ocuparam prédios públicos em 23 estados exigindo mudanças na política em relação ao campo. A resposta do governo federal foi duríssima. A energia demonstrada acabou não sendo acompanhada pelos demais setores democrático-populares (em particular pelo PT, cujo líder no Congresso chegou a ensaiar uma condenação à ação dos camponeses), e o MST, isolado, teve que recuar.

A soberba do governo FHC contra o MST lhe impediu enxergar que se gestava, ao mesmo tempo, uma das maiores ondas de greves do funcionalismo público da década. Em 26 de abril iniciou-se a greve das universidades paulistas, que se expandiu para outras categorias de servidores, especialmente da saúde e magistério, e para outros estados. Em 10 de maio iniciou-se a greve dos servidores federais, que já vinha sendo construída há vários meses, envolvendo universidade, previdência, judiciário, FNS, INCRA, IBAMA, entre diversos órgãos do executivo. Os auditores da Receita Federal já haviam iniciado em fevereiro um movimento de paralisações parciais.

O movimento surpreendeu o governo pela amplitude que alcançou – FHC contava com a desmobilização do funcionalismo. Sua reação variou novamente entre o desprezo e a soberba. Após uma semana de greve já ameaçava com punições. Mas ela continuava crescendo e angariando apoios na sociedade. Afinal, os servidores públicos têm sido um dos setores de trabalhadores mais prejudicados desde o início do Plano Real, acumulando perdas desde janeiro de 1995, quando tiveram o último reajuste linear (que já naquela data foi em percentuais diferenciados, privilegiando-se alguns setores). De lá para cá, o Governo adotou a política de privilegiar carreiras, concedendo gra-

tificações específicas, excluindo cerca de 70% do funcionalismo (integrantes do PCC – Plano de Classificação de Cargos) de qualquer política de recomposição salarial.

Com a aprovação da Reforma Administrativa e alterações no Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais, praticamente cassou em torno de 50 direitos funcionais da categoria, entre eles muitas das garantias de um serviço público democrático e profissionalizado. Tudo isso e mais os efeitos perversos das privatizações completam o quadro de terror que se abateu sobre os trabalhadores do setor público.

CONTINUA NA PÁGINA 3

NESTA EDIÇÃO

PAULO EDUARDO MORUZZI
E SUSANA MARQUES ANALISAM
O MOVIMENTO CAMPONÊS FRANCÊS
DE CRÍTICA AO PRODUTIVISMO
NA AGRICULTURA E DE
RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO
PÁGINA 11

UBIRATAN DE SOUZA DISCUTE
A EXPERIÊNCIA DO ORÇAMENTO
PARTICIPATIVO NO ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL
PÁGINA 12 E 13



DOMÍNIO DE CORAÇÕES E MENTES

Ignacio Ramonet, Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant debatem a dimensão simbólica da dominação imperial norte-americana em um encarte especial de matérias do *Le Monde Diplomatique*.

PÁGINA 7 E 10



MARCADINHO MARIETA BILINDAS Nº 33

Nos

JORNAL **EM TEMPO** É UMA
PUBLICAÇÃO DE EDIÇÕES ET LTDA.
R. BRIGADEIRO GALVÃO, 138
BARRA FUNDA - SÃO PAULO/SP - CEP 01151-000
FONE (011) 3667-3476 - FAX (011) 3666-5550
E-MAIL: EMTEMPO@AX.APC.ORG

JORNALISTA RESPONSÁVEL:
CÉLIA REGINA DE SOUZA (MTB 18663 DRT/SP).
EQUIPE DE EDIÇÃO: JOSÉ CORRÊA LEITE,
CAIO GALVÃO DE FRANÇA, CARLOS HENRIQUE ÁRABE,
GUSTAVO CODAS, CACO BISOL E MÁRCIA HELENA RAMOS.

TIRAGEM: 4.000 EXEMPLARES. **PERIODICIDADE:** MENSAL. **FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO:** 30 DE JUNHO.

CIÊNCIA

ATÉ QUANDO?

Faleceu no dia 14 de junho Maria do Carmo Jerônimo. Filha de escravos e ela mesma nascida escrava, Maria do Carmo chegou à estonteante marca de 129 anos de idade, não reconhecidos oficialmente dado que ela não tinha registro oficial de sua data de nascimento. Tinha apenas um documento de batismo e testemunho de pessoas. Oficialmente, o ser humano que mais viveu foi Jeanne Calment, uma francesa que morreu há três anos atrás, com a marca de 122 anos de idade. A morte destas pessoas nos leva a perguntas que sempre inquietaram as pessoas: até que idade podemos viver? Existirá um limite máximo, já - de alguma forma - inscrito em nossos código genético? As respostas a estas perguntas têm implicações sobre diversas áreas, inclusive a economia. Estudos recentes revelam que a expectativa de vida nos países industrializados tem aumentado muito mais rapidamente que o previsto há algum tempo. Assim, projeta-se, não oficialmente, que um contingente (muito maior do que o previsto) de pessoas na terceira idade estará vivendo nestes países. No Japão chega-se a um número como 40% em diferença. Isto tem implicações econômicas gigantescas, e obrigará a toda uma rediscussão dos modelos de seguridade.

Por outro lado, estas novas estatísticas também revelam a brutal exclusão social da economia globalizada. Enquanto na Europa uma garota pode esperar viver mais de 85 anos, em Serra Leoa ela não chega aos 40 anos de idade.

RESPINGOS INCÔMODOS

Quando uma gota de líquido cai sobre uma superfície, a energia que ela transporta deve ir para algum lugar. Normalmente, alguma parte respinga, já que existe energia suficiente para que alguma coisa volte. Agora, pesquisadores franceses descobriram como fazer um líquido que não respinga.

Isto se deve ao fato de que os respingos, fora os incômodos que às vezes provocam, podem ser antieconômicos (como as perdas no caso de pintura) e mesmo perigosos, como é o caso de pulverização agrícola, onde 50% dos herbicidas e pesticidas podem

se perder devido a incontrolados respingos.

Agora, pesquisadores das indústrias Rhodia, em Lyon/França, descobriram como o respingar de uma gota pode ser drasticamente alterado ou mesmo até impedido através da adição de pequenas quantidades de polímeros. Polímeros são moléculas enormes, basicamente uma corrente de pequenas unidades que se repetem. Eles são extremamente resistentes à forças de tração, como uma corrente mesmo.

Fotografias em alta velocidade mostraram que, quando uma gota de líquido choca-se com a superfície, a gota primeiro deforma-se, tendendo a esparramar-se, e só depois é que respinga. Grosseiramente, podemos imaginar a gota como uma bolinha elástica, sendo sua forma mantida pela tensão superficial. Neste momento, ela é esticada, pois apenas parte dela irá respingar. Água, assim como outros líquidos, não resiste a este esticamento. Contudo, ao adicionar polímeros à água, os pesquisadores descobriram que a resistência ao esticamento aumentou tanto, que a energia que faria a gota respingar foi perdida como calor; resultando numa gota que chocou-se contra a superfície sem respingar.

Esta descoberta tem grande importância em vários ramos da indústria, como pulverização de inseticidas, sprays de vários tipos, lubrificantes e mesmo cosméticos, como laquês e desodorantes. No uso cotidiano, os sprays devem produzir gotas grandes o suficiente para não serem arrastadas pelo ar, mas quanto maior a gota, maior é o efeito do respingamento.

Porém, todo este progresso deve ser feito com muito cuidado, pois o uso de polímeros desta forma significará uma deposição extra de substâncias na natureza. Lembrem-se que há algumas décadas atrás, ninguém dava bola pelo fato de algumas poucas moléculas de cloro se espalharem na atmosfera devido ao seu emprego nos gases usados em refrigeração. Hoje, sabe-se que uma molécula de cloro dissocia em média cerca de 100 mil moléculas de ozônio, o que resultou num enorme buraco na camada que nos protege dos raios ultravioleta.

Américo Bernardes

Mapeado o genoma humano

O anúncio da conclusão do mapeamento do genoma humano dia 26 de junho simboliza, inegavelmente, um importante salto do conhecimento. A mídia, os governos dos Estados Unidos e Inglaterra e os grupos envolvidos - o consórcio público "Projeto Genoma Humano" e a empresa privada Celera - transformaram o evento no palco para a difusão de promessas miraculosas e mistificações de toda ordem - fim das doenças; industrialização da vida; mais longevidade; alimentos abundantes etc. - embaladas numa visão reducionista que pouco tem a ver com o processo biológico real.

O sequenciamento do genoma é apenas o primeiro passo para identificar os genes - cujo número exato é desconhecido; talvez seja metade ou um terço do que se esperava.

Estes genes codificam as cerca de 100 mil proteínas ativas que são responsáveis pelas características da espécie humana. Ainda mais complicada é a tarefa de descobrir as interações destas proteínas entre si e com o meio-ambiente. E manipular as proteínas é muito mais difícil do que o DNA.

Mas as biotecnologias e em particular a engenharia genética surgem como o novo grande setor de ponta do desenvolvimento tecnológico; as terapias genéticas a próxima grande fronteira da medicina. Grandes empresas se associam a grupos de pesquisa em genética para lucrarem com as novas descobertas. Os genomas prometem ser um novo espaço de acumulação de capitais. Barrar a colonização do genoma pelo mercado apresenta-se como um novo e decisivo desafio democrático.

"Correo de prensa de la IV Internacional"

O Secretariado Unificado da IV Internacional publica um boletim de imprensa eletrônica em espanhol. Ali podem ser encontradas as campanhas e os acontecimentos políticos que afetam nosso continente: as iniciativas para o não pagamento da dívida externa, a intervenção imperialista na Colômbia, as sublevações populares no Equador e na Bolívia, as crises no Paraguai e no Peru, o fenômeno Chavez na Venezuela, as lutas do Movimento Sem Terra no Brasil, o zapatismo em Chiapas, a greve da Unam, as eleições no Uruguai, Argentina, Chile e Guatemala, além de declarações e documentos da IV Internacional e de suas seções.

Para inscrever-se, envie sua mensagem para "SUBSCRIBE CI-prensa-I" para o endereço eletrônico seguinte: majordomo@comlink.org.

Para qualquer informação ou envio de textos: Ernesto Herrera <germain@chasque.apc.org>

INTERNET: PÁGINAS DE INTERESSE

Dois sítios indispensáveis para quem acompanha o movimento sindical são o do DIEESE, para temas de economia do trabalho, e do DIAP, para o acompanhamento da (des)regulamentação legal das relações de trabalho:

<http://www.dieese.org.br>
<http://www.diap.org.br>

Todas as informações sobre o Plebiscito sobre a Dívida Externa (2 a 7 de setembro de 2000) no Brasil está em:

<http://www.jubileu2000.org.br/plebisci.htm>

Um portal que informa os endereços de muitos sítios de esquerda no mundo:

<http://lists.village.virginia.edu/~spoons/marxis/marxism.html>

A página da revista "International Viewpoint, editada pela IV Internacional e dicas de links de esquerda de vários cantos do mundo está em:

<http://www.internationalen.se/sp/ivp.htm>

EM TEMPO MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00 NORMAL: 30,00

NOME: _____

ENDERECO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ UF: _____

CEP: _____ FONE: _____

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA, Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP - CEP 01151-000** ou faça contato pelo telefone (011) 3666-5550 - **Sucursal RS, Rua General Auto, 354 - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90.010-380** - Fone: (51) 226.5450. Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO".

A S S I N E

REVISTA SEM
TERRA

Assinatura anual (4 números) - R\$ 25,00

Fone/Fax: (011) 3361-3866 - E-mail: semterra@mst.org.br

A S S I N E

CORREIO DA CIDADANIA

Assinatura anual (50 números) - R\$ 50,00
Assinatura semestral (25 números) - R\$ 25,00

Telefax: (011) 3021-5409 E-mail: correio@cidadanet.org.br

O CAMINHO DAS GREVES

A greve, além das reivindicações salariais, foi gestada com o objetivo político de desgastar o projeto neoliberal, mostrando para a sociedade que os cortes nos gastos sociais, o enxugamento de quadros via PDV's (planos de demissão voluntária) e o congelamento dos salários têm apenas uma finalidade: "fazer caixa" e pagar as gigantescas dívidas externa e interna.

Após cinco anos de tentativa, a construção dessa greve mostrou que os servidores ainda possuem um grande potencial de mobilização. Neste período todo, os servidores foram escolhidos como "vilões" dos problemas do País, ficando politicamente acuados enquanto o governo FHC mantinha a iniciativa política. A situação mudou drasticamente desde a crise cambial em início de 1999. Todo o discurso oficial que tentava justificar o arrocho salarial e estava costurado em torno à estabilização da moeda caiu por terra abrindo um novo espaço para que o funcionalismo voltasse a lutar para melhorar suas condições de vida e trabalho.

As amplas mobilizações de massa contra o governo realizadas no ano passado, cujo ponto alto foi a Marcha dos 100 mil em agosto, sem dúvida contribuíram para este novo cenário, que teve como principais momentos a passeata do dia 18 de maio na Avenida Paulista (em que a repressão do Governo Covas deixou muitos feridos) e a Marcha em Defesa dos Serviços Públicos, que reuniu cerca de 20 mil em Brasília, no dia 24 de maio.

É nesse contexto que acontecem as greves de maio e junho de 2000. Mas elas partem de condições muito diferenciadas entre as diversas categorias e setores. O quadro de greves é um dos mais amplos desde o início do governo FHC, porém, há uma articulação muito frágil entre todas as categorias envolvidas.

Este movimento diferenciou-se dos demais também pelo reforço importante dos fiscais da receita federal organizados na Unafisco (um sindicato independente, mas próximo à esquerda). Os fiscais iniciaram em fevereiro um movimento crescente, que começou com "operação padrão" e passou para paralisações parciais de 24, 48, 72 e 96 horas. Suas ações



afetam um setor chave para o governo: as transações comerciais com o exterior (já que as mercadorias ficam nas alfândegas à espera de sua liberação) e atrapalham as metas externas do governo (os saldos positivos no comércio externo necessários para obter dólares e pagar a dívida externa).

Esta combinação de uma greve ampla e um movimento articulado em um setor estratégico levou o governo a abrir um canal de negociações. Após algumas iniciativas das lideranças do PT e PCdoB, que se reuniram com Pedro Malan e depois de muitas tentativas com Marcos Tavares, do Planejamento, o governo aceitou dialogar com o Comando Nacional Unificado. Trata-se de um avanço em relação ao quadro de relações trabalhistas anteriores—quando o governo sequer aceitava negociar.

Na primeira reunião, o Governo fez um aceno ao movimento de que aceitaria

discutir a liberação de dirigentes sindicais para o exercício de seus mandatos—direito que foi retirado do regime jurídico único (hoje as entidades podem liberar até três dirigentes, conforme o número de sindicalizados, pagando seus salários).

Contudo, dificilmente o governo cederá na principal reivindicação do funcionalismo — o reajuste linear de cerca de 64% para repor as perdas até janeiro deste ano. Os negociadores oficiais mantêm a política de reajustes diferenciados por carreira. Enquanto isso, entre os grevistas discute-se a possibilidade de se buscar negociações por ministério, de forma articulada e centralizada pelo Comando Unificado.

Em 29 de junho haverá uma nova reunião, e após os trabalhadores deverão decidir sobre os rumos do movimento. Há mais de 40 dias em greve, muitos setores dão sinais de cansaço. Mas antes disso, prometem mais uma rodada de

UMA GREVE AMPLA E A MOBILIZAÇÃO EM UM SETOR ESTRATÉGICO LEVOU O GOVERNO A ABRIR A NEGOCIAÇÃO COM OS SERVIDORES FEDERAIS.

SILVANA KLEIN

manifestações em Brasília, com acampamento e vigília nos dias 27 a 29, na Esplanada dos Ministérios.

O que se pode afirmar é que este é apenas o capítulo inicial de uma retomada de mobilizações no setor público que para se firmar deve, necessariamente, resolver seus problemas de condução política e de articulação com o restante do sindicalismo cutista.

Já em final de maio, surgiu um fato vindo do sindicalismo do setor industrial privado. Os metalúrgicos iniciaram mobilizações (greves por fábrica, manifestações frente à FIESP) por redução da jornada de trabalho. Há uma consciência crescente de que mesmo a retomada do crescimento econômico que se ensaia no país é incapaz de recuperar os níveis de emprego — o que só acontecerá se houver redução da jornada de trabalho.

Se essa campanha vingar, será a primeira vez desde 1985 que o sindicalismo brasileiro volta a discutir pra valer essa bandeira estratégica na disputa pela distribuição dos frutos do aumento da produtividade.

As lutas populares e sindicais do ano 2000 são parte constitutiva do programa alternativo ao neoliberal: reforma agrária, defesa dos serviços públicos e dos salários, redução da jornada de trabalho. Combinadas com a campanha do plebiscito sobre a dívida externa em setembro ajudariam enormemente na politização da população. Essa é tarefa prioritária para a CUT e o PT neste segundo semestre.

SILVANA KLEIN É MEMBRO DA EXECUTIVA NACIONAL DA CUT.

UNIVERSIDADES: A UNIDADE DECISIVA

As três universidades paulistas ficaram 53 dias em greve. O acordo que pôs fim à mobilização foi um derrota para a política do governo Covas. A categoria saiu fortalecida.

O reitor da USP (e presidente do conselho de reitores das três universidades), Jacques Marcovitch, anunciou em abril que seria concedido um reajuste de 7% nos salários. Ele achava que dessa maneira estaria encerrada a discussão salarial — mesmo que o reajuste reivindicado pelos trabalhadores fosse de 33%, referente às perdas dos dois últimos anos.

Mas a disposição de luta nas três universidades surpreendeu os reitores. Entre os elementos que contribuíram para isso, foi decisiva a participação dos estudantes. No caso da USP, o DCE mobilizou os estudantes para incentivar os funcionários a entrarem em greve em várias unidades, além dos próprios estudantes terem apresentado uma pauta de reivindicações específicas à reitoria.

Nesta greve a unificação dos três segmentos — funcionários, professores e estudantes — jogou um papel fundamental para o fortalecimento da mobilização.

Outro elemento central foi que, simultaneamente, outros setores do funcionalismo e trabalhadores do Estado de São Paulo fizeram mobilizações e greves — professores da rede pública, trabalhadores da saúde, trabalhadores da SABESP e do Metrô — e foram realizados atos unificados que deram maior repercussão ao conjunto das mobilizações. A ocupação da Avenida Paulista foi o marco desse processo.

MAIOR POLITIZAÇÃO

Houve também nesta greve uma maior politização da mobilização. Na USP houve quase todos os dias Aulas-Greve dadas por professores e convidados que discutiam a crise da universidade, faziam a crítica ao projeto educacional neoliberal etc. Nesse clima a categoria assimilou a mensagem: o que estava em jogo nessa luta não era apenas salário, mas também um projeto de universidade — seu caráter público e gratuito, a democracia na instituição, o problema das fundações existentes no seu interior etc.

O reitor da USP imprimiu ao processo

de negociação um caráter extremamente duro e truculento. Seu objetivo era derrotar politicamente a greve. Para tanto tentou se apresentar como o defensor da universidade contra os que, através da greve, estariam conspirando contra ela.

Marcovitch tentava se apresentar à comunidade como vítima dos grevistas — "preso" em seu gabinete sem poder sair por causa de um piquete. Além disso, afirmava que a reivindicação salarial quebraria a universidade. Por várias vezes fincou pé em que não havia mais nada a negociar.

Ficou evidente que o destino da greve estava se dando através da disputa da opinião dentro da universidade e na capacidade de manter uma perspectiva para a luta.

Para desmontar a farsa de Marcovitch foi fundamental a postura assumida pelo Fórum das Seis (que reúne os sindicatos de professores e funcionários das três universidades). Com habilidade, o Fórum apresentou uma contraproposta que obrigou os reitores a voltar às negociações. Frente às acusações da reitoria de que a greve reduzia-se a piquetes, orientou sua retirada, mostrando que a mobilização baseava-se na adesão consciente dos trabalhadores. Além dessas iniciativas pesou a postura assumida por 67 docentes do Conselho Universitário e pelas congregações de várias unidades que rejei-

taram a proposta da reitoria e cobravam a reabertura de negociações.

No entanto, o setor majoritário da direção do Sintusp (sindicato dos funcionários da USP) — formado por dois grupos políticos que são dissidências do MTS (Brandão) e da ASS (Magno) — tentou bloquear a discussão do Fórum nesse ponto. Estavam mais interessados em fazer propaganda "esquerdista" de seus grupos (tentando se diferenciar dos demais setores, inclusive atacando-os publicamente), que no rumo que tomariam a luta dos trabalhadores. Marcovitch "contava com eles" para ganhar a disputa da opinião pública universitária. Mas, por diversas vezes a assembléia dos funcionários rejeitou estas posturas e a unidade do Sintusp com o Fórum foi mantida. Sem essa unidade a mobilização teria acabado em derrota e debandada.

O acordo que permitiu encerrar a greve em 16 de junho passado projeta um reajuste em torno de 19%; 11,24% serão retroativos a março e em outubro haverá outro reajuste (entre 2 e 3% dependendo do desempenho do ICMIS) e em janeiro 2001 mais 3,97%. Além disso, os dias parados não serão descontados.

Marcelo Cardagi e Vera Monezzi são diretores do Sintusp.

PARA MUDAR O CONJUNTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICO REPUBLICANAS É NECESSÁRIO A FORMAÇÃO DE UMA CONTRA-HEGEMONIA DURADOURA.

FRANCISCO DE OLIVEIRA

O processo de hipoteca do Estado brasileiro remonta há duas décadas, desde que Delfim Netto lançou a temerária aventura da estatização da dívida externa. Comprometeu, com isso, fundamentalmente, as empresas estatais, as quais utilizava despididamente para conseguir fechar as contas do balanço de pagamentos, à época do seu segundo delphinato. Este foi o primeiro prego no caixão do moribundo Estado brasileiro.

Não vale a pena rememorar detalhadamente o percurso, desde então. Importa anotar o sentido do primeiro prego, pois a partir dali, esgotada a capacidade de endividamento e pois, de investimento das empresas estatais, eixo em torno do qual se movia o processo mais amplo de acumulação de capital – ainda que originariamente primitiva –, é todo o desempenho da economia que patina, com altos e baixos, sem conseguir delinear uma direção sustentável.

Mal saído da conclusão da fase da segunda revolução industrial, o desenvolvimentismo não conseguiu, tampouco, estabelecer os padrões da terceira revolução, apesar dos esforços empreendidos, de que a formação da Cobra, a empresa de informática criada a partir do BNDE e da Finep, foi a ponta de lança. Conhece-se seu fim, em leilão que não foi de privatização, mas resumiu-se a um simples pregão de leilão de móveis, em qualquer esquina do Rio. O governo Sarney não conseguiu reestruturar o setor produtivo estatal, apesar do enorme esforço baseado no Fundo Nacional de Investimentos, cuja sabotagem é ainda uma história a ser contada.

Collor bateu o segundo prego, que foi ainda mais fundo, com sua aloprada liberalização comercial, que praticamente liquidou com qualquer política cambial, a errática desestatização, que levou a desorganização ao coração mesmo do aparelho do Estado, além do sequestro dos ativos financeiros, o qual levou à dívida interna pública ao paroxismo.

A VIOLÊNCIA MAIOR DO ESTADO

As consequências não se fizeram esperar. A escalada de todas as formas de violência privada, do inferno brasileiro, da insegurança da bala perdida ao assalto nos cruzamentos, é um pálido reflexo da violência maior, perpetrada a partir do Estado e pelo Estado, perigoso espasmo de sua agonia.

Aí veio o Exterminador do Futuro, excelso seguidor ilustrado do bufão “collérico” qual piloto automático de uma teoria da História, que ele mesmo talvez tenha adotado nos tempos do marxismo elegante, concebeu-se como frio executor de uma implacabilidade olímpica. Glob(o)al. Vencer ou vencer, era o lema

EXTERMÍNIO DO FUTURO: A HIPOTECA DO ESTADO



HIERONYMUS BOSCH, AS TENTAÇÕES DE SANTO ANTONHO, 1565

do bufão; não há alternativa é o lema do Exterminador: “Dies irae, dies irae”.

Levou-se a privatização até as últimas consequências; com isso, ou tola ou propositadamente, cortaram-se as margens das políticas de desenvolvimento, pois a experiência ensinava que na periferia esta era uma das poucas possibilidades. Mas a lição do “welfare” nunca foi entendida por esses sociais-democratas. Como coroamento de tudo, a estabilidade monetária, lograda às custas de uma permanente instabilidade cambial-fiscal, que zomba do senso comum de que ela era o principal requisito para o próprio desenvolvimento. Levando de roldão a própria capacidade do Estado em controlar a moeda, posto que a instabilidade conduz ao avesso do Estado: ao invés do Estado devedor fictício e credor real, o Estado credor fictício e devedor real. Ao invés de um Estado que tomava emprestado para emprestar, uma dialética não compreensível por sociais-democratas sem operariado, um Estado que toma emprestado para se endividar. Perplexo – ou ensaia uma “esquerda, volver”? –, o presidente se queixa ao FMI, cujo critério de incluir as dívidas das empresas estatais no déficit público lhe corta a possibilidade de praticar políticas sociais... Ah, é?!

Como feiticeiro que convoca todas as potestades e perde o controle sobre elas, o processo da hipoteca do Estado leva à debacle total. O deslocamento produ-

zido pela conversão das propriedades estatais em empresas privadas, convocou os potestades de enormes empresas transnacionais, saídas, elas mesmas, de invólucros estatais em seus países de origem – Telefónica de Espanha, Telecom de Portugal, Telecom de Itália, Iberdrola de Espanha – ou de poderosos oligopólios – todas as Bell dos States – cujos poderes, somados, ultrapassam a capacidade de regulação do Estado brasileiro. Desata-se uma luta sem piedade pelo controle dos aparelhos de Estado, com o obscuro troca-troca entre executivos empresariais e altos funcionários, os segundos levando para seus novos empregos os “mapas da mina”, os primeiros subordinando as decisões do Estado aos critérios de interesses privados, ao tempo em que antigos grupos nacionais são jogados ao lugar onde só há agora livros para colecionar. A possibilidade, pois, de formação de um poder nacional, do lado da burguesia, foi-se pelo ralo na medida mesma em que o Estado é reduzido a coadjuvante.

A REITERAÇÃO DA CONDIÇÃO PERIFÉRICA

Não há nada de implacável nesse processo: há escolhas e interesses em jogo. A única determinação quase intransponível situa-se ao nível da própria condição periférica: qualquer caminho que signifique sua reiteração, como é o caso das

políticas neoliberais na América Latina, traz como forte condicionalidade a subalternidade do Estado. Além disso, como a escolha é anti-popular, no sentido precisamente de retirar dos dominados qualquer possibilidade de intervenção nos negócios do Estado, que é esse o *leitmotiv* do neoliberalismo como reação ao Estado do Bem-Estar, pactos interclasses estão, por definição, interditados. Já não são tempos de populismo.

A violência campeia solta sob todas as formas. Qual uma enorme fossa que recebeu uma carga maior do que a prevista, os excrementos do Estado brasileiro, retalhos de Shangri-Lá, expõem-se à vista, empestando todos os ambientes. Os escândalos não cessam de jorrar: mal se nomeia um novo alto funcionário, como o novo ministro do Esporte e Turismo, que substituiu o comandante da nau capitânia que nunca navegou, logo se vê que atrás deixou o rastro de um negócio mal-explicado.

Asaída do sistema, que inclui o governo e muitas outras instâncias da chamada sociedade civil, como a grande imprensa, é contra-atacar os movimentos de diversa ordem que desafiam a paz de cemitérios *brasiliensis*. Na medida em que o MST acua o governo, reivindicando os recursos negados para uma reforma agrária fajuta, ele se vê transformado em “bode expiatório”, como se as ações do mesmo movimento fossem responsáveis pelo descalbro geral. Os funcionários

públicos civis, de há muito transformados em inimigos públicos número 1, são combatidos enquanto tais: por trás de tudo, não apenas a malignidade de uma erosão salarial que já vai pela casa dos 80%, alibi para manter as contas públicas equilibradas: por trás de tudo o objetivo sinistro de tornar o serviço público uma ocupação desinteressante e desestimulante, cujo futuro é o de agregar novos favelados ao já enorme contingente. Em sendo assim, a capacidade técnica e moral do Estado fica inteiramente fragilizada para qualificar-se como interlocutor dos interesses privados.

Um estado que deve articular uma economia e sociedade cada vez mais complexas, vê-se reduzido a um conjunto simplório de amontoados de funcionários sem horizontes técnico-científicos. Nestes dias – segunda semana de maio de 2.000 – a *Folha de S. Paulo* anunciava que a alta direção da Petrobrás aumentou seus salários em quase 100%, com o argumento – que deve ser verdadeiro – de que os melhores quadros da única grande estatal que sobrou – não se sabe ainda por quanto tempo – estavam abandonando a empresa atraídos por melhores ofertas salariais diretas e indiretas do setor privado. Uma interlocução

tão desigual não pode senão produzir uma total subordinação do interesse público às oscilações do humor dos interesses privados, vale dizer, às oscilações do movimento de negócios, ainda maiores quanto maior seja a desestruturação estatal.

O fenômeno de fundo é a total desestruturação do Estado na periferia do sistema capitalista, sua quase total desfuncionalidade em face da economia globalizada. De fato, a reforma do Estado já foi feita, e vai muito além da cosmética elaborada pelo antigo ministro da Reforma do Estado e da Função Pública, Luiz Carlos Bresser Pereira. Este, dedicou-se com afinco a destruir as categorias do funcionalismo público, a quem considerou com zebras de zoológico, pois têm necessidades mas não tem direitos e criou a destruição entre servidores de “carreira” e de “mercado”.

REFÉM DOS MERCADOS GLOBAIS

De fato, a reforma está é na intervenção externa na gestão do Estado a partir dos parâmetros das organizações internacionais, Bird, FMI, OMC, de um lado, e da perda da capacidade de emissão e gestão monetária, do outro. Se os gastos

ultrapassarem uma certa proporção do PIB, então as organizações internacionais retaliam com a retenção de empréstimos e/ou a imposição de medidas mais drásticas; de outro lado, as instituições privadas – pasme-se! – chamadas de avaliação dos desempenhos econômico-financeiros, tipo *Standard Pool*, atribuem notas aos títulos públicos negociados externamente, com o que o movimento de capitais se inclina ora a investir no país julgado, ora para uma fuga em massa. Trata-se da privatização do Estado, rigorosamente. A autonomia estatal, atributo que constrói uma dinâmica não-imediatamente subordinada aos interesses particulares, ainda que deles emanada, dissolve-se completamente e, por este lado, anula-se qualquer possibilidade da política. Pois esta, convém lembrar, significa precisamente a não-obediência ao movimento do ciclo dos negócios, como até os clássicos liberais não se cansaram de remarcar.

A hipoteca do Estado, tal como está delineada e estruturada, não será de fácil reversão. O desmantelamento, o comprometimento da estrutura estatal, na verdade moldou, mais do que qualquer “modelito” econômico, tão ao gosto da crítica mais vulgar, uma condicionalidade

de estrutural-institucional extremamente restrita e elevada, tornando qualquer movimento para sua reforma uma operação de alto risco. A retaliação internacional paira como ameaça latente e se concretiza rápida e implacavelmente, sob todas as formas. Mas não é o mercado o responsável pela instabilidade: essa é uma crítica, na verdade, de corte liberal, pois reconheceria uma espécie de “natureza” ao que não passa de um conjunto articulado de institucionalidades onde a “mão da Providência” é a única que não tem nada a ver com a realidade. Não se trata, pois, de mudar, ingenuamente, as prioridades desse ou daquele setor da economia, embora isso não seja irrelevante. Trata-se, antes de tudo, de mudar o conjunto das instituições democrático-republicanas, e esse é um movimento de *longue haleine* para o qual é indispensável a formação de uma contra-hegemonia sem a qual tudo não passará de eventuais conjunturas eleitorais. Estamos tratando do Estado e não do mercado.

FRANCISCO DE OLIVEIRA É PROFESSOR DE SOCIOLOGIA DA USP E DIRETOR DO CENTRO DE ESTUDOS DOS DIREITOS DA CIDADANIA. ARTIGO PUBLICADO NO SITE NOTÍCIA&OPINIÃO, WWW.NO.COM.BR, NO MÊS DE MAIO.

AS ALIANÇAS POLÍTICAS DO PT

A construção das alianças é um dos principais instrumentos para a disputa política. Para um partido com vocação hegemônica, que quer levantar a nação oprimida em torno de um programa democrático e popular e de uma proposta de governo, as alianças devem se subordinar a este critério. Organizar um bloco social e político capaz de levar adiante esta gigantesca tarefa, chegar ao governo para mudar o país, é o objetivo do partido neste período.

Nas eleições de 1998 o PT participou das coligações que elegeram Ronaldo Lessa do PSB em Alagoas e Garotinho do PDT no Rio de Janeiro. Esta última aliança foi uma decisão do Diretório Nacional, que desautorizou a decisão do Encontro Estadual fluminense, favorável a candidatura própria. Em Minas Gerais, o PT ingressou no Governo Itamar sem ter participado da coligação eleitoral, pois tinha candidatura própria, e sem ter apoiado Itamar no 2º turno. Neste caso, o PT fragmentou-se ao ponto de várias lideranças declararem apoio a Itamar e outras tantas ao candidato do PSDB, enquanto o Diretório Estadual resolvia não apoiar nenhum dos dois.

Neste primeiro semestre de 2000, ano de eleições municipais, o PT de Alagoas rompeu com o governo Lessa, porque este optou por uma aliança à direita, com os deputados que formam a maioria da Assembléia Legislativa; uma aliança para vencer as eleições, derrotando as oligarquias, e outra para governar. Em Maceió o PT tem candidatura própria, o Deputado Estadual Paulão, e o PSB vai para a reeleição da Katia Born tendo como vice o PSDB e apoio de setores claramente identificados com Fernando Collor de Melo.

Mais recentemente o PT rompeu com o governo Garotinho no Rio de Janeiro. As alterações bruscas na política de segurança pública, as instabilidades no centro político do governo, especialmente as controvérsias entre o governador e o presidente nacional do PDT, Leonel Brizola somadas às diferentes posições internas ao PT com relação ao governo – que variavam do apoio incondicional à oposição – levaram à saída. Na capital do Rio de Janeiro, cada um dos partidos que formaram a coligação vitoriosa de 1998, agora apresentam candidaturas à prefeitura. Bené pelo PT, Brizola pelo PDT, Alexandre Cardoso pelo PSB e Jandira Feghali pelo PC do B. O PT e o PDT ainda buscam o apoio do PC do B até 30 de junho, prazo para inscrição das candidaturas na justiça eleitoral.

Em Minas Gerais, o PT saiu do governo sem ter explicado porque tinha entrado. A estranha engenharia que sustentava o governo Itamar, que juntava setores da direita, corruptos e truculentos, com o PT desmanchou-se no ar. A greve do magistério com a ameaça de demissões feitas pelo governador deu o sinal para a publicização da luta interna. Na Secretaria da Saúde, inteiramente dirigida por petistas, os interesses políticos e materiais do setor ligado ao vice-governador Newton Cardoso (PMDB) eram corretamente contrariados. Entre o vice e o PT, Itamar optou pelo vice. Falta ainda um balanço sério deste episódio. Em Belo Horizonte, o PT apoia a reeleição do prefeito Célio de Castro do PSB, indicando o vice na chapa majoritária.

No Rio Grande do Sul, o PDT vive um tensionamento entre a aliança estratégica com o PT, inclusive com importante presença no governo estadual, e o de servir aos interesses das classes dominantes, com a candidatura Alceu Collares a prefeito de Porto Alegre, com o objetivo prioritário de atacar os onze anos bem sucedidos da administração popular e o governo estadual.

QUADRO DE ISOLAMENTO

Este relato demonstra um quadro de isolamento do PT. O PSB esfacela-se como tentativa de partido nacional, especialmente depois da derrota do governador Arraes em Pernambuco. O PDT busca uma linha de disputa e de demarcação com o PT, além de ter problemas internos no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, as suas principais bases territoriais.

Nas capitais e nos grandes centros urbanos uma panorâmica mostra o PT com alianças reduzidas no campo da esquerda. A candidatura Marta Suplicy em São Paulo coligada com o PC do B é o melhor exemplo. As chances de vitória em São Paulo são ótimas, só comparáveis com Porto Alegre e Belém.

Nos pequenos municípios, a sanha aliancista, baseada no critério que vale qualquer escolha entre o menos pior para se eleger um vereador foi em grande medida barrada pela Executiva Nacional do PT, mesmo quando aprovadas pelas Executivas Estaduais.

Apesar da Executiva Nacional basear-se na deliberação do II Congresso e do Diretório Nacional que obrigava a análise caso a caso, em sucessivas deliberações, constituiu-se um critério básico que levava em consideração impedir coligações com partidos nacionais de



direita, especialmente o PFL e o PPB. Por este critério foi impedida a aliança do PT com o PFL em Governador Valadares (MG), aliança que tinha o apoio da esmagadora maioria da Executiva Estadual. Esta deliberação foi importante, pois orientou o posicionamento sobre muitos outros casos. Estranhamente a Executiva manteve a aliança do PT com o PFL em Medianeira (PR), onde o PT vai para a reeleição com o PFL na vice.

Um grande problema para a análise caso a caso é exatamente conhecer cada um deles. A Executiva recebeu 356 recursos. É impossível um estudo detalhado. Constitui-se pois um outro critério que foi a presença do PT na chapa majoritária mesmo que o outro fosse do PMDB, PSDB ou PPS. E por fim a maioria aprovava também a coligação quando pelo menos um partido da chapa majoritária fosse do campo democrático e popular (PSB, PC do B ou PDT).

Rigorosamente, a resolução do II Congresso só permitia a coligação com partidos fora do campo democrático e popular naquele

município em que o partido fosse oposição ao governo federal. No entanto este critério não vingou.

Do nosso ponto de vista faltou à direção nacional do partido uma orientação política geral condizente com a tese apresentada no início deste artigo. Para o PT organizar uma aliança social e política para chegar ao governo federal e a governos estaduais é preciso acumular neste sentido nas eleições municipais. Demarcando e se construindo como alternativa a outras alianças políticas, especialmente as lideradas pelo PSDB. Pela simples razão que o PSDB é o partido do presidente Fernando Henrique Cardoso e dos governadores Mario Covas (SP), Tasso Jereissati (CE), Dante de Oliveira (MT), Almir Gabriel (PA) que procuram constituir uma aliança para um novo mandato. Uma aliança contra o PT e contra a nação oprimida.

JOAQUIM SORIANO É SECRETÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO DO PT.

MEP: UMA ASSOCIAÇÃO PARA DEFENDER PRINCÍPIOS ÉTICOS E AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DOS EVANGÉLICOS NA POLÍTICA.

ENTREVISTA COM CESÁRIO SILVA

Tanto nos jornais como nos meios acadêmicos tem chamado a atenção o recente e rápido crescimento das igrejas evangélicas em setores da população tradicionalmente católicos. Mas pouco tem se falado sobre o surgimento de uma forte corrente progressista no interior dessas igrejas. Para mostrar essa faceta pouco conhecida, Gustavo Cotas entrevista Cesário Silva, teólogo, diácono da Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Jundiá (SP) e presidente nacional do Movimento Evangélico Progressista (MEP).

AS CEBs E MOVIMENTOS CATÓLICOS NOS ENSINARAM QUE ERA POSSÍVEL FRUTIFICAR NA BASE DA IGREJA CATÓLICA UMA CORRENTE DE CATÓLICOS PROGRESSISTAS. COMO SE EXPLICA O SURGIMENTO DE UMA CORRENTE DE EVANGÉLICOS PROGRESSISTAS NO INTERIOR DAS DIVERSAS IGREJAS EVANGÉLICAS?

A explicação é simples. Naturalmente a igreja evangélica é formada por cidadãos e cidadãos comuns como em qualquer outra agremiação, onde se pode e se deve exercer sua vocação social, no nosso caso, à luz da Bíblia (o exemplo de uma "bandeira": Desigualdades Sociais - conf. Eclesiastes capítulo 5 e versículo 8). Em qualquer denominação, você encontrará adeptos conscientes de suas responsabilidades sociais, que "lutam" internamente por justiça e paz e se identificam com o clamor dos movimentos populares. Isto chamamos de Progressistas.

VEMOS MUITOS PASTORES EVANGÉLICOS LIGADOS AOS PARTIDOS CONSERVADORES E FISIOLÓGICOS. É POSSÍVEL SER PASTOR EVANGÉLICO E SER DE ESQUERDA (DO PT)?

A Bíblia nos admoesta que o chamado pastoral é um dos maiores privilégios que Jesus Cristo a nós outorgou na face da terra. Quando Deus nos chama para o ministério eclesial, é para tratarmos de assuntos eclesiais, é para cuidar do ensinamento espiritual de um povo, é para liderar um povo, ou seja é para pastorear uma igreja. Entendemos que a função do pastor jamais poderá ser exercida no par-



UMA ESQUERDA EVANGÉLICA

lamento. Ele é um cidadão comum, que vota e que protesta. Mas que não pode abrir mãos do seu chamado eclesial. Passou disso, é anátema, é sal insípido que só serve para ser pisado pelos homens. É o que acontece hoje com pastores parlamentares. E aqui, faço um alerta: não confundamos pastores parlamentares com bancada evangélica. São duas coisas parecidas porém, bem diferentes.

NA IGREJA CATÓLICA, OS SETORES PROGRESSISTAS ELABORARAM UMA "TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO". HÁ UMA ELABORAÇÃO EQUIVALENTE ENTRE OS EVANGÉLICOS PROGRESSISTAS?

Nós, evangélicos progressistas, admiramos e até comungamos em alguns aspectos da Teologia da Libertação. Mas entendemos que a contribuição para uma vida mais amena, é quando criamos a oportunidade de exercer a qualidade de luz do mundo e sal da terra, mesmo em meio a nossos problemas cotidianos. É preciso nos glorificarmos também nas tribulações, sabendo que a luta produz a perseverança, a perseverança produz a fidelidade comprovada, a fidelidade comprovada produz a esperança, e a esperança não engana. O amor de Deus tem nos reorientado a sermos indignados com a injustiça social e buscarmos coletivamente uma vida mais justa e igual.

É POSSÍVEL PENSAR EM UMA ÚNICA TEOLOGIA LIBERTADORA (CATÓLICA E EVANGÉLICA)?

Sim, é possível. O sentido lato da palavra católica é mesmo que crente, e o evangelho é o próprio poder que trans-

forma. O que está faltando é um entendimento sério e honesto das duas partes, tendo como única regra a Bíblia Sagrada.

QUAL É A HISTÓRIA DOS PROGRESSISTAS DENTRO DAS IGREJAS EVANGÉLICAS?

A história, na minha opinião, é fenomenal. Explico: como disse anteriormente, sempre na igreja evangélica existiu irmãos vocacionados para o debate em torno do social. No entanto, esses irmãos não eram organizados, ou seja não existia um fórum onde pudessem discutir política, porque a igreja a caracteriza como "coisa do diabo" e quem a pratica é rebelde e digno de disciplina. Com o surgimento do MEP, os progressistas das igrejas evangélicas acharam o seu habitat político, ou seja o fórum legítimo para essas discussões, tão necessárias. Aí apareceram naturalmente alguns fenômenos, como o bispo anglicano Robinson Cavalcante ou Paul Freston que são realmente os ícones do MEP. E apareceram outros ao longo da nossa história.

COMO SURTIU O MEP? QUAL É SUA HISTÓRIA?

Nos anos 70, com o comunismo no auge, o lema dos evangélicos era que não deveriam envolver-se com política. Por um lado, dominavam os militares usando a violência e, por outro, os comunistas ateus perdiam a batalha. Nos anos 80 com a constituinte, os evangélicos perceberam a necessidade de eleger seus representantes e mudaram o lema para: "irmão vota em irmão". Nasceu com a chamada "bancada evangélica", que desenvolveu a fama de fisiológica e conservadora, que foi forta-

lecida pelas denúncias do *Jornal do Brasil* de 7 de agosto de 1988, onde parte dos evangélicos faz da tarefa de preparar a nova Constituição um grande lucrativo comércio, negociando votos em troca de vantagens e benesses para suas igrejas e para eles próprios.

Nos anos 90 a participação evangélica da eleição de Collor foi marcante. Provavelmente o voto evangélico decidiu o resultado. Entendendo que a crescente influência política da comunidade evangélica deveria ser muito diferente, vários evangélicos sentiram que havia chegado o momento de organizar mais a corrente majoritária. Dessa necessidade nasceu o MEP que tem em cada palavra de seu nome um importante significado. Movimento, porque é uma associação informal e suprapartidária. Evangélico, porque é conservador e ortodoxo na teologia, afirmando a autoridade bíblica e a importância da evangelização, conversão e oração. Progressista, porque é comprometido com as mudanças sociais e luta com indignação para ver uma sociedade justa e igualitária.

O MEP nasceu em 1990, está presente em 18 estados organizadamente, com aproximadamente 2 mil sócios, incluindo várias denominações: Assembléia de Deus, Igreja Luterana, Metodista, Anglicana, Presbiteriana, Adventistas, Universal do Reino de Deus e outras.

QUAIS SÃO AS PROPOSTAS FUNDAMENTAIS DO MEP?

■ Mobilizar membros de igrejas evangélicas para defender os princípios éticos do Evangelho na política e zelar para que sejam respeitados; ■ articular em nível nacional, um movimento de conscientização e ação visando a plena participação dos evangélicos na vida política do país; ■ contribuir para a formação política dos seus membros; ■ buscar a unidade da família evangélica, juntamente com a comunidade, com a sociedade civil organizada.

QUAL É A RELAÇÃO ENTRE O MEP E OS PARTIDOS DE ESQUERDA?

Uma relação amistosa sob o ponto de vista ideológico. Temos no MEP vários companheiros de partidos de esquerda e centro esquerda, tais quais: PT, PSB, PCdoB, PDT, PV, PPS, PSTU e PSDB. Além disso, o MEP está ligado ao Fórum Nacional de Luta por Terra, Emprego e Cidadania e também os fóruns estaduais.

NOTAS SINDICAIS

SEM TRANSPARÊNCIA

Em 09/05/2000 os representantes da Alternativa Sindical Socialista, MTS e CSC na coordenação do Congresso Nacional da CUT emitiram nota à base da CUT que afirmava: "A discussão dos recursos para definir a lista definitiva das entidades em condições de eleger delegados aos Congressos Estaduais e ao CONCURTO está sendo marcada por uma absoluta desigualdade no acesso às informações da tesouraria e do cadastro da CUT, e pela ausência de um critério equitativo e transparente, aplicado igualmente à todos os sindicatos filiados à Central".

Depois de caracterizar várias situações irregulares que estavam acontecendo concluíam: "se trata de um conjunto de problemas

(...) que na sua somatória comprometem a transparência e a igualdade de condições (e, portanto, a democracia) no processo de eleição de delegados. E são problemas, em grande medida, consequência do funcionamento da Tesouraria Nacional da CUT: como se fosse propriedade do Tesoureiro (por coincidência é o Coordenador Geral do CONCURTO) sem nenhum acesso das correntes minoritárias da Central (pelo menos). A conclusão (...) é que o critério básico que vale, de fato, é a vontade do Coordenador Geral. E isso é inaceitável".

CPI DO FAT

A CPI para investigar o uso dos recursos do FAT está emperrada. O governo FHC

tem medo de que se investigue o que o BNDES fez com os recursos que recebe do FAT e que desviou para "ajudar" aos grandes grupos empresariais nas privatizações. Também provém do FAT os mais de R\$ 400 milhões que recebem os governos estaduais, entidades empresariais, centrais sindicais, sindicatos e universidades que atuam na área da formação profissional. Recentemente reportagens jornalísticas mostraram ter havido casos de mal uso e desvio de recursos em esses programas. Para o deputado federal do PT da Paraíba, Avenzoar Arruda, autor do requerimento de criação da CPI, afora esses problemas, "o dinheiro do FAT tem servido para o Ministério do Trabalho cooptar as centrais sindicais".

DOMINAR CORAÇÕES E MENTES

Os colonizados e seus opressores sabem que a relação de dominação não se baseia apenas na força. Passado o tempo da conquista, soa a hora de controlar as mentes. A dominação é mais eficaz se o dominado ficar inconsciente, por isso o grande desafio que se coloca à duração de um império consiste, a longo prazo, em conseguir domesticar as mentes.

Com um passado genocida (contra os índios), escravagista (contra os negros), expansionista (contra os mexicanos) e colonialista (contra os portugueses), os Estados Unidos da América do Norte, talvez cansados de sua excessiva brutalidade, aspiram agora a se instalar pacificamente nos cérebros de todos os não-americanos e seduzir seus corações.

Curiosamente, foi na tradicional Europa ocidental que esse projeto imperial encontrou menos resistência. Há, em primeiro lugar, razões políticas para isso: os Estados Unidos nasceram da primeira revolução democrática, a de 1776, treze anos antes da revolução francesa. Há também razões históricas: nenhum Estado europeu — com exceção da Inglaterra, no século XVIII, e da Espanha, no final do século XIX — teve os norte-americanos como inimigos. Pelo contrário, como “país da liberdade”, os Estados Unidos acolheram milhões de refugiados e exilados europeus; e, por ocasião das duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945) comportaram-se como amigos do Velho Continente, intervindo, de forma decisiva, em favor da liberdade e contra as potências militaristas ou fascistas.

HEGEMONIA MILITAR INCONTESTÁVEL

Em 1989-1991, os Estados Unidos ganharam a guerra fria por nocaute frente à União Soviética.

No plano geopolítico, encontram-se numa situação de hegemonia jamais conhecida por outro país. Do ponto de vista militar, sua força é esmagadora. Não só são a principal potência nuclear e espacial, como marítima. São o único país a possuir uma frota de guerra em cada um dos oceanos e em cada um dos principais braços de mar do globo. E dispõem de bases militares, de reabastecimento e de escuta em todos os continentes.

O Pentágono tem gastos, a título de pesquisa militar, da ordem de 31 bilhões de dólares, o equivalente ao orçamento total da Defesa na França. Em matéria de armamento, está várias gerações à frente. As forças armadas norte-americanas (1,4 milhão de soldados) têm condições de identificar, seguir e escutar o que quer que seja. Podem ver praticamente tudo sem serem vistas e, mesmo sem estarem sob ameaça, podem destruir qualquer alvo, de dia ou de noite, com extrema precisão.

Além disso, Washington dispõe de uma impressionante variedade de agências de informações — CIA, National Security Agency (NSA), National Reconnaissance Office (NRO), Defense Intelligence Agency (DIA) — que empregam mais de 200 mil pessoas e cujo orçamento supera 23 bilhões de dólares. Seus espões espionam amigos e inimigos, roubam segredos diplomáticos, militares, industriais, tecnológicos e científicos.

No que se refere a relações exteriores, regem a política internacional e acompanham as crises em todos os continentes. Tem interesses globais e é o único país, entre todos os que compõem o tabuleiro de xadrez da geopolítica mundial, com poder de agir por toda parte.

O peso de Washington é igualmente decisivo nas instâncias multilaterais cujas opções determinam os destinos do mundo: ONU, G7 (grupo dos sete países mais industrializados), FMI, Banco Mundial (Bird), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) etc.

Mas como a superioridade de um império, no contexto contemporâneo, não se mede apenas pelos triunfos militares e diplomáticos, os Estados Unidos também garantiram o domínio na área científica. A cada ano, sugam dezenas de milhares de cérebros do resto do mundo. Isto permitiu-lhes, nos últimos dez anos, abocanhar o prêmio Nobel de Física (19 de um total de 26), de Medicina (17 entre 24) e de Química (13 entre 22).

Também no que se refere às redes econômicas, os Estados Unidos exercem uma supremacia indiscutível. O Produto Interno Bruto foi, em 1999, de 8,7 trilhões de dólares (mais de seis vezes superior à da França). O rei-dólar permanece a moeda suprema; em 83% das transações de divisas, o dólar é uma das moedas negociadas. A Bolsa de New York constitui o barômetro financeiro universal e seus soluços, tais como os do índice Nasdaq no mês de abril, fazem tremer o planeta. Finalmente, há ainda o enorme peso dos fundos de pensão norte-americanos, que intimidam todos os atores da esfera econômica mundial.

Também são a primeira ciberpotência. Dominam todas as inovações tecnológicas, as indústrias digitais, suas extensões de toda a ordem. É o país da Web, das infovias, da “nova economia”, dos gigantes da informática (Microsoft, IBM, Intel) e dos campeões da Internet (Yahoo, Amazon, America On Line).

A “DOMINAÇÃO CARISMÁTICA”

E por que uma tão esmagadora supremacia militar, diplomática, econômica e tecnológica não suscita um maior número de críticas ou de resistências? Porque, além do mais, os Estados Unidos exercem uma hegemonia no campo cultural e ideológico. Detêm o domínio do simbólico — o que lhes permite acesso ao que Max Weber chama a “dominação carismática”.

Em inúmeros setores, asseguraram o controle do vocabulário, dos conceitos e do sentido. Em caso de necessidade, obrigam a que o problema criado por eles seja relatado numa linguagem que eles próprios propõem. E, para fazê-lo, dispõem de grande quantidade de instituições de pesquisa e de “reservatórios de idéias” (*think tanks*). Que produzem informação sobre questões jurídicas, sociais e econômicas favoráveis às teses neoliberais, à globalização e ao mundo de negócios. O fruto de seu trabalho — desta persuasão clandestina — é repassado aos meios de comunicação e difundido em escala mundial.

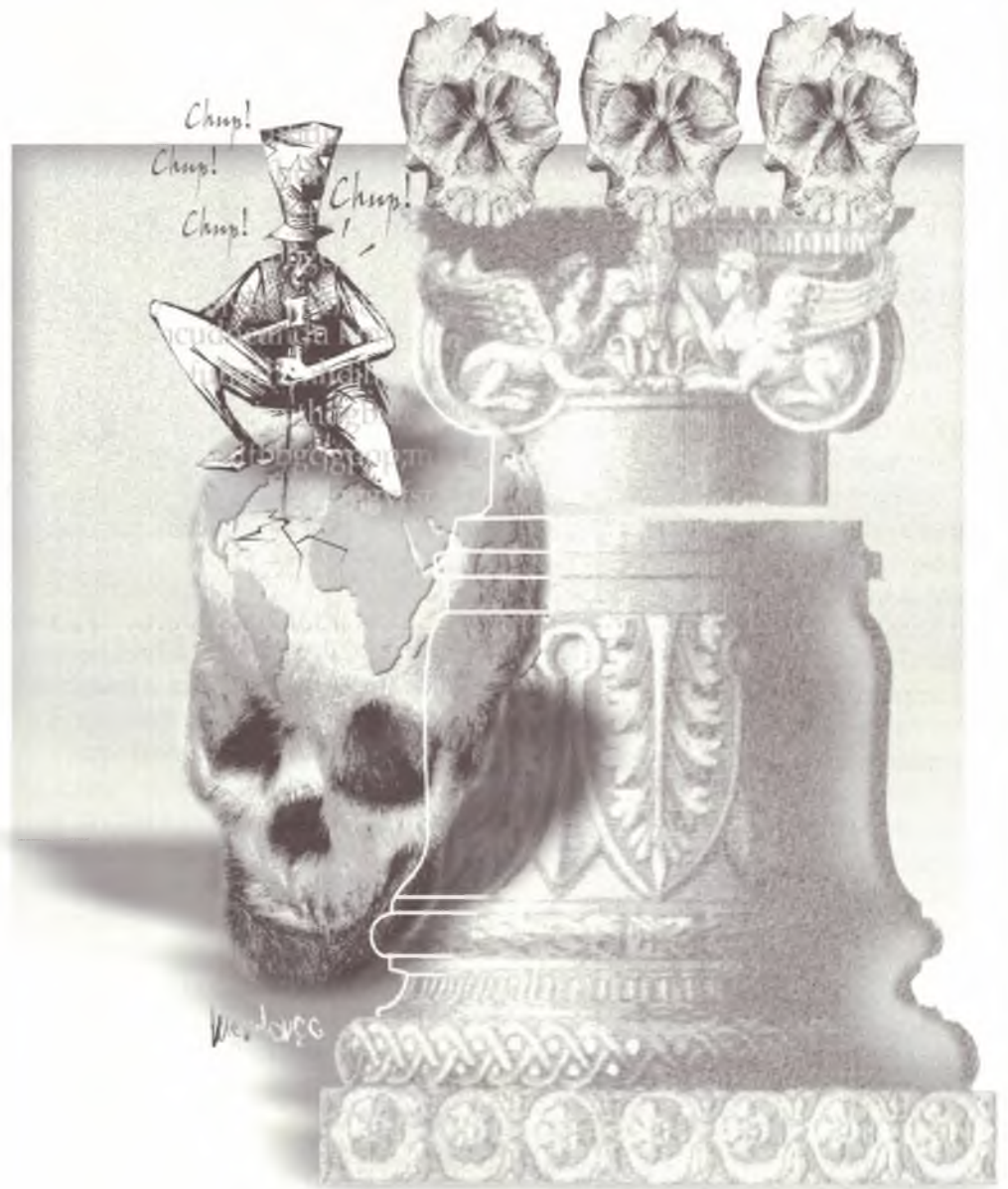
Apoiados no poder da informação e das tecnologias, o EUA conseguem estabelecer, com a cumplicidade passiva dos dominados, uma opressão simpática, ou um delicioso despotismo. Um poder que exerce, simultaneamente, o controle sobre as indústrias culturais e o domínio sobre o nosso imaginário.

CAVALOS DE TRÓIA

Os Estados Unidos povoam nossas mentes com uma multidão de heróis da mídia. Cavalos de Tróia do senhor na intimidade de nossos cérebros. Ao mesmo

COM UM PASSADO GENOCIDA, ESCRAVAGISTA, EXPANSIONISTA E COLONIALISTA, OS EUA ASPIRAM AGORA A SE INSTALAR EM NOSSOS CÉREBROS E SEDUZIR NOSSOS CORAÇÕES.

IGNACIO RAMONET



tempo que não compram senão 1% dos filmes no exterior, inundam o mundo inteiro com as produções de Hollywood, — tele-filmes, desenhos, video-clipes, etc — sem falar nos modelos de roupas, urbanísticos ou culinários.

O templo, lugar sagrado onde são cultuados os novos ícones, é o *shopping center*, catedral erigida à glória de todo o consumo. Nesses lugares de fervor, elabora-se através do planeta uma sensibilidade fabricada por logotipos, por *stars*, por canções, por ídolos, por marcas, por objetos, por cartazes, por festas.

Tudo isso é acompanhado por uma retórica sedutora de liberdade de escolha e de consumo. E martelado por uma publicidade obsessiva e onipresente (as despesas com publicidade chegam a mais de 200 bilhões de dólares por ano!) que se dirige tanto aos símbolos quanto aos bens. O marketing tornou-se tão sofisticado que aspira a vender, não uma marca, mas uma identidade; não um traço social, mas uma personalidade — sempre segundo o princípio: ter é ser.

É urgente lembrar o grito de alerta lançado por Aldous Huxley em 1931: “Numa época de tecnologia avançada, o maior perigo para as idéias, para a cultura e para o espírito pode vir mais facilmente de um inimigo sorridente que de um adversário que inspira o terror e o ódio.”

Senhor dos símbolos, o império norte-americano nos é apresentado com a aparência sedutora dos encantadores de sempre. São propostas atividades de lazer para dar e vender, diversões a granel, delícias para os olhos. O império já não procura obter nossa submissão pela força, mas pelo encantamento, não atendendo a uma ordem, mas por nosso próprio consentimento. Não pela ameaça de punição, mas apostando em nossa sede de prazer. Por nossa iniciativa, esse novo hipnotizador penetra em nosso pensamento e ali enxerta suas idéias. Para melhor nos subjugar, nos escravizar e nos domesticar.

IGNACIO RAMONET É EDITOR DO LE MONDE DIPLOMATIQUE. TRADUZIDO POR JÓ AMADO.

O DISCURSO IMPERIAL É REPRODUZIDO EM TODO O MUNDO NÃO APENAS PELOS NEOLIBERAIS, MAS TAMBÉM POR INTELLECTUAIS E MILITANTES QUE AINDA SE CONSIDERAM PROGRESSISTAS.

PIERRE BOURDIEU E
LOÏC WACQUANT

Em todos os países avançados, patrões, altos funcionários internacionais, intelectuais de projeção na mídia e jornalistas de primeiro escalão, se puseram de acordo em falar uma estranha nova língua hermética, cujo vocabulário, aparentemente sem origem, está em todas as bocas: “globalização”, “flexibilidade”; “governabilidade” e “empregabilidade”; “underclass” e “exclusão”; “nova economia” e “tolerância zero”; “comunitarismo”, “multiculturalismo” e seus primos “pós-modernos”, “etnicidade”, “minoridade”, “identidade”, “fragmentação” etc.

A difusão dessa nova bíblia planetária – da qual estão notavelmente ausentes capitalismo, classe, exploração, dominação, desigualdade, e tantos vocábulos decisivamente revogados sob o pretexto de obsolescência ou de presumida impertinência – é produto de um imperialismo simbólico. Seus efeitos são tão mais poderosos e perniciosos porque ele é veiculado não apenas pelos partidários da revolução neoliberal – que, sob a capa da “modernização”, quer reconstruir o mundo anulando as conquistas sociais e econômicas resultantes de cem anos de lutas sociais, descritas, a partir dos novos tempos, como arcaísmos e obstáculos à nova ordem nascente –, porém também por produtores culturais (pesquisadores, escritores, artistas) e militantes de esquerda que, em sua maioria, ainda se consideram progressistas.

IMPERIALISMO CULTURAL

Como as dominações de gênero e etnia, o imperialismo cultural é uma violência simbólica que se apóia numa relação de comunicação coercitiva para extorquir a submissão. Sua especificidade consiste em universalizar particularismos vinculados a uma experiência histórica singular, fazendo com que sejam desconhecidos enquanto tais, e reconhecidos como universais.

No século XIX, muitas questões ditas filosóficas que também eram debatidas em toda a Europa, como o tema spengleriano da “decadência”, originavam-se de particularidades e conflitos históricos próprios do universo específico dos universitários alemães. Da mesma forma, hoje, inúmeros tópicos provenientes de confrontos intelectuais ligados a particularidades e particularismos da sociedade e das universidades norte-americanas se impuseram, aparentemente fora de um contexto histórico, ao planeta.

Esses lugares-comuns – no sentido aristotélico de noções ou teses que ser-

A NOVA BÍBLIA DE TIO SAM



vem de argumento porém sobre as quais não se argumenta – devem o essencial de sua força de convicção ao prestígio do seu ponto de partida e ao fato de que, ao circularem continuamente de Berlim a Buenos Aires e de Londres a Lisboa, estão presentes simultaneamente em toda parte e são potentemente transmitidos por essas instâncias supostamente neutras que são os grandes organismos internacionais. Instâncias como o Banco Mundial, a Comissão Européia, a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), enfim, os “bancos de idéias” do pensamento conservador (o Manhattan Institute, em Nova York, o Adam Smith Institute, em Londres, a ex-Fondation Saint-Simon, em Paris, a Deutsche Bank Foundation, em Frankfurt), as fundações de filantropia, as escolas do poder (Science-Politique, na França, a London School of Economics, na Inglaterra, a Harvard Kennedy School of Government, nos Estados Unidos etc) e os grandes meios de comunicação, divulgadores infatigáveis dessa língua geral, sem fronteiras, perfeita para dar a ilusão de ultra-modernismo aos editorialistas apressados e especialistas ciosos da importação-exportação cultural.

Além do efeito automático da circulação internacional de idéias que, por sua própria lógica, tende a ocultar as condições e os significados originais, o jogo das definições prévias e deduções escolásticas substituiu a contingência das necessidades sociológicas, negadas pela aparência da necessidade lógica. Isso tende a ocultar as raízes históricas de todo um conjunto de questões e noções; a “eficácia” do mercado (livre), a necessidade de reconhecimento das “identidades” (culturais), ou ainda a reafirmação-celebração da “responsabilidade” (individual),

serão decretadas filosóficas, sociológicas, econômicas ou políticas, segundo o lugar e o momento de recepção.

A MITOLOGIA DO “SONHO AMERICANO”

Planetarizados, globalizados, no sentido estritamente geográfico, e ao mesmo tempo desparticularizados, esses lugares-comuns, ao serem ruminados pelos meios de comunicação transformam-se num senso comum universal, fazendo esquecer que, na maioria das vezes, eles apenas exprimem — de forma truncada e irreconhecível, até por aqueles que os propagam — realidades complexas e contestadas de uma sociedade histórica particular, tacitamente constituída em modelo e em medida de todas as coisas: a sociedade norte-americana da era pós-fordista e pós-keynesiana. Esse único super-poder, essa Meca simbólica da Terra, caracteriza-se pelo dismantelamento deliberado do Estado social e pelo simultâneo hiper-crescimento do Estado penal, o esmagamento do movimento sindical e a ditadura da concepção de empresa fundada apenas no “valor-acionário”, assim como em suas conseqüências sociológicas: a generalização dos salários precários e da insegurança social, transformada em motor privilegiado da atividade econômica.

É o que ocorre, por exemplo, com o debate vago e fraco em torno do “multiculturalismo”, termo importado, na Europa, para designar o pluralismo cultural na esfera cívica, enquanto nos Estados Unidos se refere — no interior do próprio movimento pelo qual ele os mascara —, à exclusão contínua dos negros e à mitologia nacional do “sonho americano” da “oportunidade para todos”. Isso

ocorre junto com a falência do sistema do ensino público, num momento em que a competição pelo capital cultural se intensifica, e quando as desigualdades de classe crescem vertiginosamente.

O adjetivo “multicultural” encobre essa crise ao confiná-la, artificialmente, apenas no microcosmo universitário e ao expressá-la num registro ostensivamente “étnico”. Seu verdadeiro desafio não é o reconhecimento das culturas marginalizadas pelos cânones acadêmicos, mas o acesso aos instrumentos de (re)produção das classes médias e superiores, como a universidade, num contexto de desengajamento ativo e massivo do Estado.

O “multiculturalismo” americano não é nem um conceito nem uma teoria, nem um movimento social ou político — ainda que pretenda ser tudo isso ao mesmo tempo. É um discurso-tela cujo estatuto intelectual resulta de um gigantesco efeito de allodoxia [tomar uma coisa por outra] nacional e internacional, que engana tanto aqueles que estão nele como os que não estão. Além do que é um discurso norte-americano, embora pense e se apresente como universal, ao exprimir as contradições específicas da situação de universitários que, alijados de qualquer acesso à esfera pública e submetidos a uma forte diferenciação em seu meio profissional, não têm outro terreno onde investir sua libido política exceto o das disputas de campus disfarçadas em epopeias conceituais.

“RECONHECIMENTO CULTURAL”

O que significa que o “multiculturalismo” leva consigo para onde é exportado três vícios do pensamento nacional norte-americano que são, (a) o “grupismo”, que coisifica as divisões sociais,

canonizadas pela burocracia estatal, em princípios de conhecimento e de reivindicação política; (b) o populismo, que toma o lugar da análise das estruturas e dos mecanismos de dominação pela celebração da cultura dos dominados e de seu “ponto de vista” – alçado a nível de proto-teoria em ato; (c) o moralismo, que é obstáculo à aplicação de um materialismo racional sadio na análise do mundo social e econômico e nos condena a um debate sem efeito nem fim sobre o necessário “reconhecimento das identidades” enquanto, na triste realidade do cotidiano, o problema não se situa de forma alguma nesse nível. Enquanto os filósofos se deliciam douzadamente com o “reconhecimento cultural”, dezenas de milhares de crianças de classes e etnias dominadas são excluídas das escolas primárias por falta de vagas (eram 25 mil só este ano, na cidade de Los Angeles), e um jovem em dez provenientes de famílias que ganham menos de 15 mil dólares anuais tem acesso às universidades, contra 94% das crianças de famílias que dispõem de mais de 100 mil dólares.

Poder-se-ia fazer a mesma demonstração a propósito da noção fortemente polissêmica de “globalização”, que tem como efeito, se não como função, vestir de ecumenismo cultural ou de fatalismo economista os efeitos do imperialismo norte-americano e de fazer aparecer uma relação de força transnacional como uma necessidade natural.

No final de um processo simbólico de naturalização dos esquemas do pensamento neoliberal – cuja dominação se impõe há vinte anos graças ao trabalho dos *think tanks* (bancos de idéias) conservadores e de seus aliados nos campos político e jornalístico –, a remodelagem das relações sociais e das práticas culturais conforme o padrão norte-americano, imposta através da pauperização do Estado, mercantilização dos bens públicos e generalização da insegurança salarial, é aceita com resignação como re-

sultado obrigatório das evoluções nacionais, quando não é celebrada com o entusiasmo de carneirinhos. A análise empírica da evolução das economias avançadas de longa duração sugere, no entanto, que a “globalização” não é uma nova fase do capitalismo, mas uma “retórica” invocada pelos governos para justificar sua submissão voluntária aos mercados financeiros. A desindustrialização, o crescimento das desigualdades e a contradição das políticas sociais, longe de serem a consequência fatal do crescimento das trocas externas, como sempre se diz, resultam de decisões de política interna que refletem a mudança das relações de classe em favor dos proprietários do capital.

A REFORMATÃO DO MUNDO

Ao imporem ao resto do mundo categorias de percepção próprias às suas estruturas sociais, os Estados Unidos reformatam o mundo à sua imagem: a colonização mental operada através da difusão desses verdadeiros-falsos conceitos só pode conduzir a uma espécie de “Consenso de Washington” generalizado, e até espontâneo, como se pode observar correntemente em matéria de economia, de filantropia ou de ensino de gestão. Efetivamente, esse discurso duplo fundamentado na crença que imita a ciência, sobrepondo ao fantasma social do dominante a aparência da razão (especialmente econômica e política), tem o poder de realizar as realidades que pretende descrever segundo o princípio da profecia auto-realizadora. Presente nos espíritos daqueles que tomam decisões políticas ou econômicas e de seus públicos, ele serve de instrumento para a construção de políticas públicas e privadas, ao mesmo tempo que é instrumento de avaliação dessas políticas. Como todas as mitologias da idade da ciência, a nova bíblia planetária apóia-se numa série de oposições e equivalências,

que se sustentam e contrapõem, para descrever as transformações contemporâneas das sociedades avançadas: desengajamento econômico do Estado e ênfase em seus componentes policiais e penais, desregulação dos fluxos financeiros e desorganização do mercado de trabalho, redução das proteções sociais e celebração moralizadora da “responsabilidade individual”:

MERCADO	ESTADO
LIBERDADE	COERÇÃO
ABERTO	FECHADO
FLEXÍVEL	RÍGIDO
DINÂMICO, MÓVEL	IMÓVEL, PARALISADO
FUTURO, NOVIDADE	PASSADO, ULTRAPASSADO
CRESCIMENTO	IMOBILISMO, ARCAÍSMO
INDIVÍDUO, INDIVIDUALISMO	GRUPO, COLETIVISMO
DIVERSIDADE, AUTENTICIDADE	UNIFORMIDADE, ARTIFICIALIDADE
DEMOCRÁTICO	AUTOCRÁTICO (“TOTALITÁRIO”)

O CONSELHEIRO DO PRÍNCIPE

O imperialismo da razão neoliberal encontra sua realização intelectual em duas novas figuras exemplares da produção cultural. Primeiro, o especialista que prepara, na sombra dos bastidores ministeriais ou patronais ou no segredo dos *think tanks* (bancos de idéias), documentos de forte cunho técnico, e tanto quanto possível construídos em linguagem econômica e matemática. Em seguida, o conselheiro em comunicação do príncipe, trãnsfuga do mundo universitário agora a serviço dos dominantes, cujo serviço é dar forma acadêmica aos projetos políticos da nova nobreza de Estado e da empresa. O modelo planetário e incontestado é o sociólogo britânico Anthony Giddens, professor da Universidade de Cambridge, agora à frente da London School of Economics e pai da “teoria da estruturação”, síntese escolástica de diversas tradições sociológicas e filosóficas.

E pode-se perceber a encarnação por

excelência do estratagema da razão imperialista no fato de que é a Grã-Bretanha, posta por razões históricas, culturais e lingüísticas em posição intermediária, neutra, entre os Estados Unidos e a Europa continental, que fornece ao mundo esse cavalo de Tróia de duas cabeças – uma política e a outra intelectual – na pessoa dual de Anthony Blair e Anthony Giddens, “teórico” autoproclamado da “terceira via”, que, segundo suas próprias palavras, que são citadas textualmente, “adoto uma atitude positiva em relação à globalização”; “tento [sic] reagir às novas formas de desigualdades”; porém logo adverte que “os pobres de hoje não são semelhantes aos de outrora, (...) assim como os ricos não se parecem mais com o que eram antigamente”; “aceito a idéia de que os sistemas de proteção social existentes, e a estrutura do conjunto do Estado, são a fonte dos problemas, e não apenas a solução para resolvê-los”; “ênfatico o fato que as políticas econômicas e sociais estão relacionadas” para afirmar melhor que “as despesas sociais devem ser avaliadas em termos de suas consequências para a economia em seu conjunto”; e, finalmente, “preocupo-me com os mecanismos de exclusão” que descobre “na base da sociedade, mas também no topo [sic]”, convencido que “redefinir a desigualdade em relação à exclusão nesses dois níveis” é “conforme a uma concepção dinâmica da desigualdade” – trechos retirados do catálogo de definições escolares de suas teorias e opiniões políticas que Anthony Giddens propôs ao programa de questões frequentes em seu site na Internet. Os mestres da economia podem dormir tranqüilos: como no livro *Candido ou o otimismo*, de Voltaire, eles encontraram seu Pangloss.

PIERRE BOURDIEU E LOÏC WACQUANT SÃO SOCIÓLOGOS E, RESPECTIVAMENTE, PROFESSORES NO COLLÈGE DE FRANCE E NA UNIVERSIDADE DE BERKELEY, NA CALIFÓRNIA. ARTIGO TRADUZIDO POR TERESA VAN ACKER.



COM RIGOR
E INDEPENDÊNCIA,
O **DIPLO** CONTESTA O
COMPORTAMENTO
ÚNICO E SUBMISSO
DOS MEIOS DE
COMUNICAÇÃO DE
MASSA.

JÔ AMADO

Por que, numa época tão pródiga em multiplicar a velocidade de propagação da notícia, tornando-a acessível a uma parte considerável da população do planeta, continuaria a luta pelo direito à informação sendo tão necessária? Por que, em meio a um mar de jornais, revistas e emissoras de televisão, seria assim tão importante lutar por um novo espaço para a informação?

Estas perguntas podem ser incômodas e instigantes – embora, reconhecamos, de pouca ou nenhuma relevância para a imensa maioria dos leitores e espectadores das grandes redes de comunicação. Incômodas porque, teimosamente, insistem na questão da informação e da democracia; instigantes porque estimulam a uma avaliação crítica e profunda do significado da informação e da própria democracia.

Le Monde diplomatique é, sem dúvida alguma, um dos jornais mais incômodos e instigantes que existem. E é com profundo respeito e muito orgulho que apresentamos, produzimos e editamos a versão brasileira do *Diplo*, agora já em sua quarta edição.

INDEPENDÊNCIA E PRESTÍGIO

Com quase meio século de existência, *Le Monde diplomatique* firmou uma tradição impar no tratamento da notícia. O *Diplo* é certamente um dos raros jornais do mundo que recusam a intimidade e o servilismo proporcionado pelo vínculo insalubre entre publicidade e informação. Não por acaso, o *Diplo* é igualmente um jornal onde o prenome do presidente norte-americano é William e o do primeiro-ministro britânico é Anthony. Ao recusar a fórmula publicitária “Bill” ou “Tony”, o *Diplo* faz muito mais do que meramente optar por uma norma de redação: ele contesta, na prática, essa promíscua e falsa intimidade entre o leitor e os senhores do mundo; ele denuncia, implicitamente, o comportamento submisso, unívoco, uniforme e servil de, praticamente, a totalidade dos meios de comunicação.

Ao recusar a promiscuidade da propaganda, *Le Monde diplomatique* afirma o caráter independente e destaca a importância da luta pelo direito à informação.

Na edição de maio do *Diplo* é publicado, com especial destaque – o editorial e mais oito artigos –, um dossiê sobre o imperialismo norte-americano (Ver páginas 7-8-9 desta edição). Num mundo uniformizado pela globalização e pela massificação da notícia, onde os Estados Unidos da América do Norte são apresentados ora como o paradigma da democracia universal, ora como o país daqueles “bobinhos ingênuos”, é preci-

O DIPLO BRASILEIRO



so compromisso com a informação e com a democracia, além de independência, para se enumerar, numa interminável e hipnotizante lista cronológica, a ação letal do poder bélico e financeiro norte-americano no decorrer deste século. Poder esse intimamente ligado, para não dizer mancomunado, à totalidade das grandes redes de comunicação do mundo. Poder que, em nome da “simplificação”, por exemplo, rouba-nos a própria identidade – não só os norte-americanos se dizem “americanos”, denominando o seu país “América”, mas também os nossos brasileiríssimos colegas fazem questão de adotar essa mesma terminologia, roubando-nos, assim, a nossa identidade americana.

Vitoriosos nas guerras político-militares recentes (guerra fria, guerra do Golfo, guerra do Kosovo), na guerra econômica e na guerra científico-tecnológica, os norte-americanos detêm um poder inquestionável e imperial que lhes permite impor a outro país um bloqueio econômico por trinta anos; ou, declarado o fim de uma guerra, continuar bombardeando semanalmente um país (o Iraque) durante os nove anos subsequentes... Mas, se todos sabemos há tanto tempo de tudo isso, como explicar, então, a imagem monolítica e inatingível, de um país acima do bem e do mal, que nos é diária e servilmente passada pelos meios de comunicação?

É simples. Em meio a uma torrente contínua, incessante, repetitiva, monocórdica, de argumentos produzidos pela *intelligentsia* do capital – o chamado *pensamento único* – são poucos os obstáculos que se levantam. Como *Le Monde diplomatique*.

O COMPROMISSO SOCIAL

Le Monde diplomatique, ao contrário da quase totalidade dos meios de comunicação nacionais e internacionais, dá nome aos bois. A hiperpotência norte-americana – e sua supremacia econômica, militar e até cultural – tem um nome claro, insofismável: *imperialismo*. Como,

aliás, era conhecida quando, no pós-guerra, começou a lançar suas garras sobre as matérias-primas, sobre o petróleo etc., antes da etapa em que os novos conquistadores passaram a controlar corações e mentes dos conquistados.

Na última década, uma nova característica somou-se a estas e ampliou ainda mais a repercussão de *Le Monde Diplomatique*. Ao contrário de quase toda a imprensa internacional, suas edições passaram a examinar de modo muito crítico o processo de globalização – e a propor alternativas. A disposição de remar contra a corrente deu ao jornal autoridade e sobretudo amplitude de horizontes. Temas como o aumento das desigualdades, a ditadura dos mercados financeiros, a formação de uma ordem mundial unipolar dominada pelos EUA, o esvaziamento da democracia pelo poder econômico, a monopolização da imprensa ou as ameaças implícitas em novidades científicas como os transgênicos estão há anos no centro das preocupações editoriais do jornal. A abertura para temas e enfoques que o jornalismo tradicional muitas vezes teme, assim como a recusa ao superficial e a disposição de examinar com rigor as questões mais complexas asseguram ao *Diplo* a colaboração tanto de intelectuais destacados quanto de líderes de importantes movimentos de transformação social. Em suas páginas, Ignacio Ramonet, Noam Chomsky, Eduardo Galeano, Emir Sader, Bernard Cassen, Samir Amin, Susan George e Pierre Bor-

dieu, entre outros, encontram-se por exemplo com o Subcomandante Marcos, da guerrilha zapatista de Chiapas, e com Ahmed Ben Bella, um dos líderes da independência argelina.

A edição brasileira de *Le Monde diplomatique* tem um tempero a mais. Lançada por jornalistas formados nas lutas democráticas, ela é parte de um esforço para assegurar o direito à informação. Por isso, seu projeto de circulação é incomum. Numa primeira fase, o *Diplo* brasileiro não existirá enquanto publicação de papel autônoma. Sairá em duas versões: através da Internet, onde será possível encontrar e ler, mediante assinatura, a edição completa; e por meio de reproduções parciais, em jornais e revistas já existentes. A novidade mais importante vem agora: há condições extremamente vantajosas para a imprensa dos movimentos sociais. Eles terão os mesmos direitos de reprodução concedidos aos jornais comerciais, porém mediante o pagamento de apenas R\$ 300,00 por matéria publicada. Além de pagarem uma quantia muito inferior, receberão gratuitamente dez assinaturas da edição eletrônica integral.

A idéia é estabelecer uma parceria sólida com quem luta, há muito tempo, para construir um mundo melhor e um jornalismo mais democrático. No futuro, esta associação poderá lançar novos projetos.

JÔ AMADO É UM DOS EDITORES DO **LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASILEIRO.**

A S S I N E

LE MONDE
diplomatique

Assinatura anual (12 números) - R\$ 45,00
Agora em português e na Internet (edição eletrônica)

Telefone: (11) 282-4929 - Site: www.diplo.com.br

O MUNDO NÃO É UMA MERCADORIA

A luta camponesa na França está estimulando uma reflexão cada vez mais importante sobre o futuro do sistema agroalimentar. Podemos acompanhá-la através de dois livros recentes, *Le monde n'est pas une marchandise: des paysans contre la malbouffe* (de José Bové, François Dufour e Gilles Luneau, Paris, La Découverte, 2.000) e *José Bové: La révolte d'un paysan* (de Paul Ariès e Christian Terras, Editions Golias, 2.000), que rememoraram os notáveis fatos que estimularam o debate sobre a agricultura e a alimentação.

Estas obras destacam a prisão, em agosto de 1999, de cinco agricultores – militantes da *Confédération paysanne* (Confederação camponesa) – que haviam participado do desmonte literal de uma lanchonete em construção do McDonald's em Millau (França), despertando a atenção da sociedade francesa.

Entre eles encontrava-se José Bové, um ativo militante ecologista e anti-militarista. Bové recusou o pagamento da fiança, que o colocaria em liberdade, a fim de impulsionar o debate sobre a liberdade sindical, o comércio internacional, a agricultura intensiva e a qualidade dos alimentos. Durante todo o verão, a causa da *Confédération paysanne* foi bastante discutida, animada pela onda de solidariedade a Bové.

NÃO À UNIFORMIZAÇÃO ALIMENTAR

O protesto refletia o descontentamento dos agricultores contra a decisão dos Estados Unidos de sobretaxar produtos de qualidade da gastronomia francesa. O objetivo era impor a abertura do mercado europeu à carne bovina americana, cujo processo de produção permite a utilização de hormônios aceleradores da engorda dos animais. Existem suspeitas de que estes produtos possam causar câncer e graves problemas hormonais. A total negligência quanto à segurança alimentar é justificada pelo discurso de que o comércio é a principal fonte de criação de riqueza e não pode ser restringido.

O ato norte-americano não podia ter vindo em pior momento. A Europa vivia graves crises alimentares. Além do surto de “vaca louca”, os consumidores europeus observavam, cada vez mais angustiados, a retirada nos supermercados de frangos contaminados com dioxina e de latas de coca-cola impregnadas de produtos tóxicos. Estes fatos mostravam os limites da agricultura intensiva e industrial no que diz respeito a uma produção de qualidade.

Neste contexto, a manifestação da *Confédération paysanne* foi muito bem planejada. Era necessário um símbolo forte: o alvo escolhido foram as obras do McDonald's no coração da região de produção do Roquefort, o primeiro queijo de denominação controlada, que possui regras precisas de produção a fim de manter uma qualidade inquestionável.

A rede McDonald's simboliza, para os mentores do protesto, a uniformização alimentar e a banalização da agricultura, que produzem o envenenamento dos alimentos, a destruição da agricultura familiar e a morte dos sabores regionais. Além disto, a luta se dirigia contra o monopólio, a arrogância, a hegemonia e o conformismo. Ou seja, a denúncia vigorosa da “ditadura alimentar” se opõe

também aos aspectos mais gerais do desejo de conquista norte-americano, tanto no cinema, como na música ou no sistema econômico mundial.

José Bové ganhou a simpatia dos franceses (81% deles, segundo a *Figaro Magazine*, aprovavam suas ações). No dia 7 de setembro, ele voltava a liberdade após o depósito da fiança judicial feito por um grande leque de organizações. O líder sindical conclamava, então, os cidadãos para uma efetiva discussão do problema camponês.

Estes fatos subvertiam o movimento sindical agrícola francês; era o sindicato de esquerda e minoritário que monopolizava a mídia e abria um importante debate na sociedade. A *Confédération paysanne* foi criada em 1987 pela fusão de duas federações de sindicatos camponeses dissidentes da grande organização sindical da agricultura francesa, a FNSEA (*Fédération nationale des syndicats des exploitants agricoles*, Federação nacional de sindicatos de agricultores). As divergências entre elas têm se agravado pro-



CLAES OLSBERG/AG. HAMBURG/REUTERS/AGFANTE 1992

gressivamente. Enquanto que a FNSEA tem sustentado a intensificação da agricultura, a concentração fundiária e as subvenções às exportações, a *Confédération paysanne* julga que a agricultura camponesa tem condições de suprir três dimensões essenciais para a sociedade.

Uma dimensão social, ligada à preservação de um grande número de agricultores em atividade e relativa à solidariedade entre os diversos movimentos de camponeses do mundo todo. Esta visão “internacionalista” pode ser ilustrada pelo destaque dado por Bové, no livro de Paul Ariès e Christian Terras, às lutas pela terra no Brasil e por um outro tipo de desenvolvimento agrícola e de padrão de consumo, consideradas como um dos mais importantes pólos de resistência ao neoliberalismo.

A AGRICULTURA CAMPONESA

Uma dimensão econômica, na qual produzir significa também garantir uma remuneração adequada aos agricultores a partir da produção de alimentos de qualidade, com alto valor agregado.

E uma dimensão ecológica, na qual

a preservação da paisagem, do meio ambiente e da saúde dos cidadãos, bem como o equilíbrio entre grandes e pequenas cidades, possam igualmente ser assegurados.

DEFESA CULTURAL E ECOLÓGICA

A estratégia da *Confédération paysanne* não se restringe portanto à mobilização do meio agrícola. A negação da *malbouffe* (comida maléfica) revela todas as mazelas do processo de globalização e torna a aliança entre agricultores, consumidores e ecologistas um dos objetivos centrais desta organização camponesa. Neste sentido, a *Confédération paysanne* organizou, junto com a Attac, as principais manifestações por ocasião do início da rodada do milênio da Organização Mundial do Comércio. O insucesso da reunião de Seattle foi aclamado como a primeira vitória de uma democracia planetária.

Estes acontecimentos colocam em

EXISTE, NA FRANÇA, UM MOVIMENTO CAMPONES DE CRÍTICA AO PRODUTIVISMO NA AGRICULTURA E DE RESISTÊNCIA CULTURAL E ECOLÓGICA AO NEOLIBERALISMO.

PAULO EDUARDO M. MARQUES
E SUSANA BLEIL MARQUES

ao aprendizado da degustação; entende-se que o gosto é uma arte, e não um dom, que se deve aprender ao experimentar os mais diferentes sabores. A questão alimentar francesa está claramente inserida no dito: “Eu sou o que eu como”. Na medida em que o consumidor passa a não reconhecer mais o que ingere, ele perde progressivamente sua própria identidade. Contra esta tendência, o francês tem lutado para criar as mais diferentes formas para assegurar a qualidade do seu consumo, através de diferentes selos.

As raízes agrícolas e a tradição alimentar francesa favorecem a união entre as preocupações dos camponeses e as dos consumidores. A idéia do agricultor-jardineiro, que ao mesmo tempo produz, protege a paisagem e garante um modo de vida equilibrado social e ambientalmente, está profundamente presente nos cidadãos. Os movimentos recentes mostram a insatisfação contra uma lógica que destrói esta cultura agroalimentar.

A base da argumentação da *Confédération paysanne* consiste no retorno à política a fim de evitar que o mercado seja o único meio de definição das relações entre os homens. Daí um caso econômico, a imposição alfandegária norte-americana, poder se transformar numa luta política de defesa cultural e ecológica. Por outro lado, as crises recentes de segurança alimentar criam um ambiente propício para o debate de alternativas ao modelo de organização produtivista e industrial da agricultura. Contra a *malbouffe* unem-se os consumidores e os agricultores. A defesa da cultura francesa se fortalece e passa a reivindicar espaço para todas as diferenças culturais, contra o pensamento único, neo-liberal.

O próximo acontecimento já tem data marcada. No dia 30 de junho próximo ocorrerá uma grande manifestação em Millau por ocasião do julgamento dos militantes da *Confédération paysanne* implicados no caso McDonald's. Esta entidade e o Attac organizam caravanas vindas de todo o país, para reunir milhares de pessoas e tornar este protesto um outro grande momento de enfrentamento contra a globalização ditada pelos interesses econômicos norte-americanos.

PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES É DOUTORANDO NO INSTITUT DES HAUTES ETUDES DE L'AMÉRIQUE LATINE, UNIVERSITÉ PARIS III E SUSANA BLEIL MARQUES É DOUTORANDA NO INSTITUT DU DÉVELOPPEMENT ECONOMIQUE ET SOCIAL, UNIVERSITÉ PARIS I.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ESTADUAL

A EXPERIÊNCIA DO
ORÇAMENTO
PARTICIPATIVO,
TRANSCENDE O PROCESSO
DE GESTÃO PÚBLICA E DE
PLANEJAMENTO
DEMOCRÁTICO,
RESULTANDO NUM
PROCESSO POLÍTICO DE
GERAÇÃO DE CONSCIÊNCIA
E CIDADANIA.

UBIRATAN DE SOUZA

O Orçamento Participativo (OP) é um processo de democracia direta, voluntária e universal, onde a população pode discutir e decidir sobre o orçamento e as políticas públicas. O cidadão não encerra sua participação no ato de votar na escolha do executivo e do parlamento, mas também decide prioridades de gastos e controla a gestão do governo. Ele deixa de ser um coadjuvante da política tradicional para ser protagonista permanente da gestão pública.

O Orçamento Participativo (OP) combina a democracia direta com a democracia representativa, uma conquista a ser preservada e qualificada. A escolha periódica de representantes é necessária, mas insuficiente, no processo de aprofundamento da democracia; é preciso combiná-la com as mais variadas formas de democracia direta, onde o cidadão possa não só participar da gestão pública, mas também controlar o Estado. O OP de Porto Alegre e o processo de implantação do OP pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul são exemplos concretos de democracia direta.

OUTRA RELAÇÃO COM O ESTADO

Há uma crise de legitimidade política e fiscal do Estado contemporâneo. O Estado liberal burguês em seu estágio neoliberal agravou o processo de exclusão social, que exige políticas públicas que modifiquem a distribuição da renda e do poder nas cidades e nos países, concretizando formas de participação direta da população nas gestões públicas. O OP é reconhecido nacional e internacionalmente porque responde, sobretudo, à crise de legitimidade do Estado contemporâneo. A nossa experiência aponta também o caminho para a superação da crise do socialismo burocrático, respondendo à principal questão política da decadência e da derrocada do Leste Europeu, ou seja, a relação autocrática do Estado com a sociedade.

É importante neste processo que a participação da população se efetive de maneira livre e universal nas assembleias públicas do OP. Todo o cidadão, independente de sua organização partidária, associativa e credo religioso, tem assegurada sua participação no proces-

so. Ninguém tem privilégio no processo de democracia direta e nem lugar garantido nas formas de representação delegada através dos delegados e conselheiros do OP. Este princípio universal assegurou, na experiência de quase onze anos do OP em Porto Alegre, que o processo não fosse partidarizado e nem dominado por corporações, permitindo que a vontade da sociedade se expressasse de maneira plural e universal.

O OP representa a discussão de todo o orçamento e das políticas públicas. A população não pode ser subestimada na sua capacidade de gestão, separando-se apenas uma parte do orçamento para a discussão e deliberação. É preciso abrir todo o orçamento, os gastos de pessoal, serviços essenciais, investimentos e projetos de desenvolvimento, bem como os recursos extra-orçamentários disponíveis para financiamento através do Banco do Estado. Desta maneira a população vai aos poucos se apropriando dos gastos e das políticas públicas, criando condições para sua participação efetiva na totalidade da gestão pública.

Na experiência de Porto Alegre, por exemplo, o processo do OP criou mecanismos concretos de controle sobre a folha de pagamento, através da formação de uma comissão tripartite (governo, conselho do OP e sindicato dos servidores municipais) que passou a discutir e decidir sobre a criação de novos cargos públicos, fazendo um controle interno e externo sobre o aumento de pessoal.

VONTADE POLÍTICA E AUTONOMIA

O orçamento público está previsto nas Constituições Federal e Estadual e nas leis orgânicas municipais como uma lei de iniciativa do executivo. Ademais, a Constituição Federal em seu artigo 1º, parágrafo único, diz: "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes ou diretamente, nos termos desta Constituição" e no artigo 5º, inciso XVI, estabelece o "direito de reunião" e inciso XXXIV o "direito de petição aos Poderes Públicos" do povo brasileiro. Portanto para que se faça o OP, não se precisa de nenhuma lei específica, basta a vontade política dos governantes eleitos nas eleições gerais.

O processo do OP deve ter regulação, critérios distributivos e metodologia de planejamento. Mas, este regimento deve ser elaborado de maneira autônoma pela comunidade e firmado um contrato social entre o governo e a sociedade. O OP não é uma obra acabada, perfeita e indiscutível. Nem poderia ser, pois a avocação da perfeição seria expressão de autoritarismo e negação do processo dialético. É com este entendimento que, todos os anos, o governo e a sociedade devem realizar uma avaliação crítica do regimento e do processo e cabe ao conselho do OP - de maneira autônoma (auto-regulamentada) sem a tutela do executivo e legislativo -, discutir e decidir as mudanças para sua modernização.

Para que o OP seja um processo efetivo e sério de participação popular e não meramente consultivo, é necessário que as decisões tomadas pela população e governo sejam documentadas e publicadas para conhecimento de toda a sociedade. Isto possibilitará que a população faça o acompanhamento e fiscalização da

execução das obras e serviços decididos. Ademais, o governo deve prestar contas anualmente, possibilitando um controle social efetivo sobre a gestão do Estado.

AS RESISTÊNCIAS

A oposição dos políticos tradicionais tratou e trata de impedir de todas as formas a implantação do OP-RS, ora com medidas judiciais, ora com ações políticas de caráter populista. A experiência do OP aplicada na escala estadual assustou a direita e os políticos clientelistas, que não se conformam com a perda de poder político e as mudanças na cultura política da sociedade que este processo engendra.

Mesmo com a situação financeira difícil herdada do governo anterior, a potência do OP na escala estadual é muito maior que na escala do município. O nível de recursos orçamentários e extra-orçamentários que podem ser potencializados, a partir de uma política de recuperação financeira do Estado, no médio prazo, abre a possibilidade de resultados materiais consideráveis nas políticas e na prestação de serviços públicos e em projetos de geração de trabalho e renda.

O OP-RS desencadeou um processo de radicalização da democracia que terá consequências nas relações da sociedade com todas as esferas públicas do Estado. A população começa, na medida que discute o orçamento do Estado, a despertar para a discussão dos orçamentos municipais. O debate do orçamento estadual na fase legislativa, através de audiências públicas da Comissão Planejamento e Finanças, é uma demonstração deste processo.

Este processo do OP-RS abriu também um espaço de qualificação das relações entre o Governo do Estado e as Prefeituras com a participação e o controle da população. As verbas voluntárias do governo estadual para políticas em parceria com os governos municipais passam pelas prioridades estabelecidas no OP-RS e por critérios objetivos de distribuição regional. As relações políticas tradicionais e clientelistas começam a ceder espaço em todos os níveis para uma nova forma de gestão pública com controle social.

Este processo de mudança que o OP-RS abre para a sociedade gaúcha está apenas no começo.

190 MIL PARTICIPANTES

Na implantação do OP-RS 2000, a participação do cidadão deu-se de maneira direta, voluntária e universal nas assembleias públicas do OP, que se realizaram em todos os municípios gaúchos. Cerca de 190 mil pessoas debateram, propuseram e votaram, deliberando as prioridades de investimentos, serviços públicos e projetos de desenvolvimento para o Estado, que se concentraram em agricultura, educação, saúde e geração de trabalho e renda.

O Estado foi dividido em 22 regiões de planejamento, que são as mesmas dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). Estes conselhos regionais foram criados por lei estadual, em 1994, com o objetivo de promo-

ver a participação da sociedade, através de entidades representativas, na discussão sobre o planejamento do desenvolvimento regional. Nesta base regional, a população foi chamada a discutir e decidir prioridades de obras, serviços e programas públicos, nos temas da Agricultura, Assistência Social, Cultura, Educação, Energia, Trabalho e Renda, Habitação, Saneamento, Saúde, Segurança, Transporte e Pavimentação.

Nos meses de março a junho 1999 foram realizadas Assembleias Públicas Municipais (APM) nos 467 municípios do Estado em mais 30 municípios em fase de emancipação, onde o cidadão pode discutir, propor e votar as prioridades de obras, serviços e programas de cada município no contexto de sua região. Também foram eleitos delegados para representar os municípios nas Plenárias Regionais. Nestas APM foi fundamental, para viabilizar o processo, o uso de uma cédula de votação e um sistema de computador portátil que permitiu a apuração dos resultados da votação das prioridades na própria assembleia, com a fiscalização direta da população.

PLENÁRIAS REGIONAIS DE DELEGADOS

Através da metodologia de planejamento acordada, deu-se nota 3 para o tema votado em primeiro lugar em cada APM, nota 2 para o tema em segundo lugar e nota 1 para o tema em terceiro lugar. Pela soma dos pontos chegou-se aos temas prioritários. Os delegados dentro de cada tema prioritário sistematizam e compatibilizam, em plenárias, as demandas municipais, estabelecendo a hierarquia regional. Na mesma reunião, entre os delegados regionais, foram eleitos os conselheiros que formam o Conselho do OP-RS e o governo apresentou a primeira estimativa da receita e os grandes agregados da despesa para o ano seguinte. Estas plenárias aconteceram nos meses de junho e julho de 1999.

As prioridades temáticas e as demandas de obras e serviços hierarquizadas em cada tema, na base regional, passaram a ser analisadas pelo governo nas suas viabilidade técnica, legal e financeira com vistas a elaboração da matriz orçamentária e do plano de investimentos e serviços. Estas prioridades passaram a ser o indicador de planejamento para alocação de recursos nas obras e serviços da base regional.

As três primeiras prioridades gerais da base regional foram, pela ordem, agricultura (854 pontos), educação (667 pontos) e saúde (579 pontos).

BASE TEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO

A base temática foi criada para discutir projetos e programas para o desenvolvimento do Estado, levando em conta recursos orçamentários e recursos extra-orçamentários disponibilizados via Banco do Estado, o Banrisul.

Nesta base temática a população foi chamada a discutir e decidir prioridades de projetos e programas nos temas Agricultura (apoio a agroindústria, crédito rural, reforma agrária, etc.); Geração de Trabalho e Renda (apoio a micro, pequena e média empresa, apoio a cooperativas e associações produtivas de trabalha-



dores, primeiro emprego, etc.); Programas de Organização, Gestão e Fiscalização do Transporte e Sistema Rodoviário, Hidroviário, Aeroviário e Ferroviário; Ciência e Tecnologia; Desenvolvimento do Turismo; Programas de Meio Ambiente e Gerenciamento de Recursos Hídricos e Saneamento; Ações de Gestão, Tratamento e Destinação dos Resíduos Sólidos; Ações de Qualificação no Uso e Ocupação do Solo; Energia.

Nos meses de maio e junho de 1999 foram realizadas 22 Assembleias Regionalizadas da Temática de Desenvolvimento do RS (ATD), uma em cada região do Estado, no município mais central de cada região. Nestas assembleias públicas a população discutiu e votou temas e programas prioritários para o desenvolvimento da sua região e do Estado.

As prioridades temáticas e os programas hierarquizados em cada tema, na base da temática do desenvolvimento, passam a ser analisados pelo governo do ponto de vista dos recursos orçamentários e extra-orçamentários (linhas de crédito disponíveis via Banrisul). Estas prioridades temáticas passam a ser o indicador de planejamento para alocação de recursos orçamentários e extra-orçamentários nos programas e projetos da temática de desenvolvimento do estado.

As três primeiras prioridades gerais da base temática foram, pela ordem, agricultura (54 pontos), trabalho e renda (48 pontos) e transporte (11 pontos).

CONSELHO ESTADUAL DO OP-RS

No mês de julho de 1999, após concluídas as plenárias regionais e a plenária temática estadual de delegados, foi dado posse aos conselheiros que compõem o conselho estadual do OP (COP-RS). Os conselheiros têm a competência de discutir e deliberar a proposta orçamentária a ser enviada até dia 15 de setembro à As-

sembléia Legislativa. Têm ainda a atribuição de discutir e decidir o plano de investimentos e serviços do OP. Os conselheiros têm mandato de um ano e realizam trabalho voluntário não remunerado.

O COP-RS é composto por 204 membros. 69 conselheiros são distribuídos entre as 22 regiões, proporcionalmente à população de cada região; 69 outros conselheiros são distribuídos, entre as 22 regiões, proporcionalmente à participação popular nas assembleias públicas municipais do OP de cada região sobre o total da participação popular no estado, atendendo desta maneira o princípio da participação popular no processo da democracia direta; mais 44 conselheiros, 2 por região, são indicados pelos conselhos regionais de desenvolvimento (COREDES), que no processo de implantação do OP-RS firmaram um termo de cooperação com o governo; e, por último, mais 22 conselheiros foram indicados pela temática do desenvolvimento do estado. O governo participa do COP-RS, sem direito a voto, com 2 representantes.

No mês de agosto de 1999, o Gabinete de Orçamento e Finanças (GOF), a partir dos indicadores de planejamento resultantes das prioridades da base regional, das prioridades da base temática do desenvolvimento do estado, das necessidades do governo para manter os serviços essenciais e projetos/obras em andamento, considerando a estimativa da receita, elaborou a primeira matriz orçamentária. Esta matriz apresenta uma distribuição detalhada dos gastos de pessoal, despesas correntes, despesas de capital, serviço da dívida, reserva de contingência, para cada órgão do Poder Executivo e inclusive dos outros poderes (Legislativo, Judiciário e Ministério Público). Após ampla discussão e deliberação dentro do governo, a matriz orçamentária e a proposta do plano de investimentos e serviços (PI) foi levada

a discussão no COP-RS. Ela foi discutida pelo conselho entre a segunda quinzena de agosto e a primeira quinzena de setembro de 1999, sendo em seguida levada para discussão nas 22 regiões com os delegados regionais e temáticos.

A discussão e elaboração do PI, além das prioridades decididas pela comunidade, leva em conta critérios progressivos de distribuição dos recursos entre as regiões, considerando que as regiões do estado não são iguais em superfície, população, carência dos serviços públicos e infra-estrutura.

No dia sete de setembro de 1999, o COP-RS, reunido em Porto Alegre, discutiu e deliberou a proposta orçamentária consolidada da Administração Direta e Indireta (matriz orçamentária e PI), no valor de R\$ 8,8 bilhões para o ano 2000, contendo gastos de investimentos da ordem de R\$ 751 milhões. No dia 15 de setembro de 1999, o Governador, o Vice-Governador, secretários de estado, conselheiros e delegados do OP-RS e cerca de 5 mil pessoas entregaram a proposta orçamentária à Assembleia Legislativa.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E CONSTRUÇÃO DE CONSCIÊNCIA

Nenhum projeto do governo, no ano 1999, foi tão debatido pelo legislativo como a proposta orçamentária-2000. A própria Assembleia Legislativa, por um lado influenciada positivamente pelo processo de participação popular desencadeado pelo OP-RS e, por outro lado, por setores da oposição que se contrapunham OP-RS, criou o chamado Fórum Democrático.

Neste contexto, a Comissão de Planejamento e Finanças da Assembleia Legislativa realizou 22 audiências públicas, com a participação de 7.549 pessoas, que possibilitou um rico debate entre depu-

tados, governo e sociedade que reafirmou as prioridades da proposta orçamentária/2000 e consolidou o OP-RS como uma nova forma de gestão pública.

Finalmente, no dia 29 de novembro de 1999, o parlamento gaúcho aprovou por 50 votos favoráveis, nenhum contrário e quatro abstenções, o primeiro Orçamento Participativo do Estado do RS. Foram aprovadas somente 224 emendas das 1.276 emendas apresentadas por deputados (415), populares (177) e de comissão (684).

A experiência do OP transcende o processo de gestão pública e de planejamento democrático, resultando num processo político de geração de consciência e cidadania.

Na implantação do OP-RS existe um episódio que ilustra de maneira exemplar o papel da cidadania neste processo. Em plena discussão da comunidade das prioridades para o orçamento/2000, um deputado federal entrou na justiça para impedir a continuidade do OP-RS. A justiça, mesmo não julgando o mérito da ação impetrada, concedeu uma liminar que impedia o governo do estado de dar infra-estrutura para as reuniões do OP. Neste momento, os delegados do OP, prefeitos municipais, organizações populares e cidadãos em geral passaram a organizar as reuniões num processo de auto-organização da sociedade. Como resultado deste processo foi criado pelas entidades populares e partidos políticos o Fórum Gaúcho em Defesa da Participação Popular. OP-RS recebeu, assim, seu batismo de fogo e a sociedade deu um salto de qualidade no seu processo de organização social independente do Estado.

UBIRATAN DE SOUZA É ECONOMISTA E SECRETÁRIO ESPECIAL DO GABINETE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Todo sistema social pode ser interpretado como uma cultura baseada em um conjunto de estruturas institucionais inseridas numa determinada época histórica. As estruturas fixam as regras e os recursos para o funcionamento sistêmico. A cultura fornece as orientações básicas para que os membros da sociedade se reconheçam com uma identidade comum no interior de um arco de valores e normas. A língua, os costumes, as tradições, os padrões convencionais de moralidade e justiça, as formas práticas de sociabilidade e interação econômica (esses elementos que Montesquieu batizou de "o espírito das leis") garantem o sentimento de pertença das pessoas em cada coletividade. As diferenças sociais não impediriam nos indivíduos a sensação de integrar uma totalidade.

Mas a dinâmica do capitalismo permite, hoje, definir o sistema capitalista enquanto uma cultura sustentada em estruturas integradas e integradoras? Para responder é preciso se debruçar sobre o significado de *longue durée* para a humanidade do fenômeno conhecido como "globalização".

Paul Singer observa que nos últimos cem anos passamos por quatro fases distintas de globalização. A primeira vai até 1914 e registra a ascensão liberal, impulsionada pela Inglaterra, na direção de um comércio internacional desimpedido. A segunda abrange as duas guerras mundiais e o período entre guerras e é marcada pela destruição bélica da economia mundial, pelo fechamento

dos mercados nacionais e pela universalização da substituição de importações. A terceira inicia em 1945 e se caracteriza pela abertura gradual e controlada dos mercados nacionais e pela expansão rápida das multinacionais. A quarta começa na década de 80 e é uma volta aos dogmas da primeira: ao liberalismo, à liquidação dos setores produtivos estatais e ao impedimento de políticas nacionais de desenvolvimento, sob a liderança da nova potência do Norte. Em vez de episódica e conjuntural, esta fase representa o clímax de uma onda de longa duração gestada no alvorecer do século XX.

Não à toa, a esquerda chama de neoliberalismo a essência da etapa atual do processo de globalização. Um modelo econômico revitalizado pela "terceira revolução tecnológica" sob hegemonia do capital financeiro, que, graças aos dispositivos tecnológicos agora existentes nas comunicações, se tornou capaz de movimentar fabulosas somas de dinheiro de um ponto geográfico a outro em tempo real. Ideologicamente, trata-se de um projeto de "Estado-mínimo" que dilapida os serviços públicos por considerar os gastos sociais um desperdício e privatiza empresas estratégicas para formar um novo bloco de bilionários que reze pelas recomendações neoliberais do Consenso de Washington. Governos conservadores levam mais a sério tal receituário retrógrado que o investimento no futuro sinalizado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948.

No plano social, as consequências são um verdadeiro horror, condenam

largas parcelas da população ao desemprego permanente, à pobreza absoluta e à exclusão. A precarização e a desregulamentação do trabalho, que a direita classifica cinicamente de "flexibilização", completam os mecanismos anticivilizatórios acionados pelo pensamento único, o qual não promete nenhuma situação de bem estar econômico e social para os trabalhadores.

No plano cultural, é outro horror. Eduardo Galeano destaca que a destruição da autodeterminação dos povos e da soberania do Estado-nação em favor dos órgãos mundiais de decisão, a exemplo do FMI e do Banco Mundial, conduzem à "adoração unânime dos valores da sociedade neoliberal". O resultado é uma "uniformidade obrigatória hostil à diversidade cultural do planeta", uma "incomunicação humana" agravada pela ausência de espaços públicos para a disputa de idéias alternativas e de uma moral emancipadora.

Esta "globalização cultural" é interpretada por José Joaquim Brunner como uma demonstração de pujança do Império no campo do simbólico: "uma norte-americanização da cultura em nível mundial". Os 200 bilhões de dólares que os Estados Unidos despendem anualmente em propaganda teriam o duplo objetivo de vender as mercadorias do Tio Sam e apregoar um novo estilo de vida, o *american way of life*. Afinal, para vender Coca-Cola em países que tradicionalmente bebem chá é necessário combater esse hábito e exportar o próprio. Para faturar os hambúrgueres e as batatas fritas, no Japão, só substituindo os talharins e

os sushi. Isto é, colonizando o gosto nativo com o auxílio da publicidade e da persuasão que transformam a dominação pela força em uma dominação pelo carisma.

Os fabricantes produzem produtos e consumidores ao estimular a padronização, que invade a realidade, o imaginário e o modo de falar de comunidades distantes. Contribuem para o sucesso da empreitada a naturalização do inglês como o idioma da modernidade via Internet, embora não existam razões técnicas para isso, e a onipresença do cinema hollywoodiano nas salas de exibição. Assim a lógica imperial constrói e cimenta a utopia totalitária da homogeneização cultural do universo. Compreende-se então que o professor Milton Santos divulgue o neologismo "globalitarismo" para chamar a atenção sobre o totalitarismo que acompanha os passos da globalização em curso. A expressão toca o âmago da coisa.

Em suma, o sistema capitalista na atualidade já não é uma cultura propriamente, fez-se instrumento de extermínio dos laços comunitários. Suas estruturas institucionais abdicaram da luta pela ampliação dos direitos de cidadania para promover a integração social, converteram-se em engrenagens excludentes de indivíduos e classes inteiras. O capitalismo global da era neoliberal não gera senão a barbárie, a crise de civilização. Resistir é um imperativo ético para os intelectuais e os artistas e todos aqueles que laboram pela qualidade de vida da humanidade.

Luiz Marques é secretário adjunto de cultura do RS.

CRONICAMENTE INVIÁVEL: O ELOGIO À BARBÁRIE



"A meta da mudança radical hoje é a emergência de seres humanos física e mentalmente incapazes de inventar outro Auschwitz. A objeção a esta meta grandiosa que é feita, às vezes, a saber, a objeção segundo a qual esta meta é incompatível com a natureza humana, testemunha unicamente uma coisa. Testemunha o grau ao qual esta objeção sucumbiu a uma ideologia conformista. Esta ideologia apresenta o *continuum* histórico de repressão e agressão como uma lei da natureza. Contra esta ideologia, insisto que não existe algo como a natureza humana imutável. Além e acima do nível animal, os seres humanos são maleáveis, corpo e mente, até mesmo em sua própria estrutura pulsional. Homens e mulheres podem ser

computadorizados, e transformados em robôs, sim — mas eles também podem se recusar a isso" (Herbert Marcuse in *Ecologia e Crítica da Sociedade Moderna*).

Sobre seu quarto longa-metragem, *Cronicamente Inviável*, Sérgio Bianchi diz denunciar o monstro criado pelas elites. Até ai, tudo a favor. Qualquer pessoa minimamente revoltada com o aborto neoliberal em que nosso País se transformou, coberto por discursos de perfumaria, clama por um filme que promete não mascarar esta realidade ou fazer coro ao "tem que dar certo" Global.

Já na sala de cinema: se o filme promete não ser clemente, nós tentamos sê-lo... Tudo bem, ele está apenas começando, a montagem é interessante

(e a base de todo o filme), a fotografia é mediana, a direção de atores é ruim... mas nada que chegue a ponto de inviabilizar a idéia, que é boa. Então tentamos nos apoiar no que pode ser um bom roteiro... e a jornada continua... Mas nem toda a melhor boa vontade de espectador consegue resistir até o final de um filme que se pretende crítico ao diletantismo, à superficialidade e aos preconceitos e que, ao final, consegue ser seu maior representante.

O diretor também diz mostrar a realidade, embora claramente (ou por ignorância ou por má-fé) pareça desconhecê-la. Claro, não é preciso ser um sem-terra para representá-lo, mas o mínimo que se espera de um profissional é que faça uma pesquisa, procure conhecer sobre quem fala senão... ESTEREÓTIPOS... *Cronicamente Inviável* não tem personagens, tem estereótipos: todos os negros são paranóicos, os índios são lentos, os operários são burros e manobráveis, todos do sudeste odeiam os nordestinos, os do sul são separatistas, os nordestinos são uma nulidade, os movimentos organizados são patéticos, os intelectuais são falsos, os homossexuais são oportunistas, as mulheres históricas e certamente outras coisas que, no momento, não é possível lembrar... De "correto" só o título, pois de fato o filme de Sérgio Bianchi nos diz: tudo é inviável, não há o que fazer; todos estamos fadados a explorarmos e sermos explorados, a destruir... então... quem sabe? Nada mais "humanitário" que um extermínio generalizado, talvez uma raça melhor possa tomar nosso lugar... uma raça superior... quem sabe?

Fico pensando: como os manifestantes da Paulista seriam mostrados no filme? Ou os índios vítimas da repressão do festejo dos "500 anos"? E onde está a denúncia dos criadores dos "monstros"?

Não se trata de defender aqui o maniqueísmo do cinema de Hollywood, "mocinhos x bandidos", mas mostrar todos os oprimidos como "bandidos", como uma sociedade inviável, só reforça a omissão e a apatia gerada pelo ceticismo pós-moderno, justificando a opressão diária da barbárie capitalista que estamos vivendo. Isto é conhecido como o "princípio da vitimologia", onde a vítima é tida como a responsável pela agressão (prática, aliás, comum nos machistas julgamentos judiciais de estupro).

Cronicamente inviável parece um filme realizado por um estrangeiro (ou um deus do antigo testamento), pairando sobre nosso fracasso como espécie (ou nacionalidade, sei lá). É perigosamente conformista e, a pretexto de não valorizar os clichês de otimismo, acaba por atingir não as elites, mas a todos aqueles que lutam para que, um dia, as tais "verdades" mostradas sejam apenas uma ficção, uma "história de cinema".

Enquanto o diretor proclama a vitória de Thanatos (pulsão de morte) sobre Eros (pulsão de vida) penso se a arte não é fruto primordial do desejo de vida. E se a humanidade caminha a passos rápidos para uma possível destruição, não posso deixar de achar que um artista deve combater o conformismo e a omissão, em nome da arte e da vida. E com isso não posso deixar de pensar na beleza dos cubanos, daqueles que conseguem fazer arte e transformar um cotidiano adverso (provocado por um bloqueio criminoso), em beleza. Penso em *Buena Vista Social Club*, de Wim Wenders, que com uma simplicidade impressionante, de alguém que não se coloca como um "estrangeiro", consegue ver que a espécie humana não só ainda é viável, mas vale qualquer esforço de luta.

Luciana Rodrigues é cineasta. Artigo originalmente publicado no PT Notícias n° 92, Junho/2000.

CURITIBA, CIDADE MODELO?

Para quem já se questionou, mas ainda não encontrou respostas que expliquem os êxitos do planejamento urbano em Curitiba, um livro recém-publicado tem muito a falar. Trata-se de *Curitiba e o Mito da Cidade Modelo* (Curitiba: Editora da UFPR, 2000), de Dennison de Oliveira, professor do Departamento de História da UFPR. O livro é fruto de sua tese de doutoramento, em Ciências Sociais, defendida em 1995 na Unicamp.

O autor estudou a história política recente da cidade e apresenta-nos com clareza seu raciocínio sobre questões como: o projeto político e ideológico que reformou urbanisticamente Curitiba; o contexto histórico dessa experiência, enfatizando os arranjos políticos que ela engendrou; os atores sociais envolvidos com seus interesses e as formas de participação no processo de planejamento; a interdependência entre o Estado, os "urbanistas", o empresariado local e os movimentos sociais nesse processo; além das características sociais que atuam de forma estrutural para particularizar a experiência de Curitiba frente a outras cidades. Tudo isso reconstituindo os tempos e instâncias que marcaram as diferenças históricas entre cada uma dessas experiências tomadas como universo de estudo e análise.

Como muitos sabem, freqüentemente a experiência urbanística da capital paranaense é apontada como exemplo a ser seguido. Recentemente, em pesquisa publicada na revista *Exame*, a cidade venceu mais um concurso nacional de "qualidade de vida". Fato que somou-lhe novos pontos ao extenso currículo de títulos e prêmios obtidos ao longo de quase quatro décadas de ininterruptas transformações urbanas. Pontos que reforçam o mito da cidade ideal, da cidade modelo. Por isso não faltam artigos abordando o assunto, prática que superexpõe a cidade num misto de *marketing* e jornalismo investigativo. O texto apresenta para quem deseja um retrospecto dos principais fatos,

acontecimentos e ações que descrevem o que aconteceu em matéria de planejamento urbano em Curitiba nesse período. Conclui que o mito da cidade modelo é funcional ao processo de reprodução e acumulação capitalista e que, de sobra, garante resultados aos setores excluídos da sociedade. Mas ainda assim, levando-se em conta o insucesso generalizado dos planos diretores aplicados a outros contextos, questiona-se por que em Curitiba o planejamento urbano deu certo? O autor não se propõe, inteligentemente, a tecer juízos sobre essa questão. Ao contrário, sua preocupação é municiar esse debate através da análise dos mecanismos de formulação e implementação das políticas urbanas da cidade que até então eram pouco conhecidos ou menosprezados em diversas análises.

A primeira parte do trabalho situa o leitor na trajetória do urbanismo contemporâneo. Explora o campo das teorias e conceitos urbanísticos que originaram, nesse século, inúmeras experiências de reforma urbana. Um quadro histórico analisa e elucida como americanos e europeus adotaram posturas diversas, e a partir dali o que e como essa "doutrina" passou a ser aplicada no Brasil. Curitiba é discutida comparando-a ao caso de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. De onde conclui-se que no caso paranaense houve um conjunto de fatores específicos que explicam suas particularidades. Dennison refere-se, nesse ponto, às características da estrutura social curitibana – entre as capitais brasileiras a porcentagem de população pobre em Curitiba é das menores e localiza-se na periferia urbana e metropolitana. E também refere-se a outros aspectos interrelacionados, tais como: as oportunidades históricas aproveitadas pelos governantes e técnicos envolvidos no planejamento



CHRISTIAN

urbano; a eficaz articulação política entre os governantes, técnicos e empresários para intervir no plano; a formação e capacitação técnica dos "urbanistas" e a continuidade política e administrativa das equipes na trajetória dessa experiência; e, finalmente, a maneira como as políticas públicas integraram demandas e bandeiras de lutas dos setores excluídos no bojo do processo de planejamento.

O autor defende a tese de que "tal imagem se mantém não contestada por nenhum setor dominante precisamente por que ela é a que atende melhor ao ocultamento dos jogos de interesse aqui desenvolvidos". Finalizando, três elementos centrais corroboram esse raciocínio: a acomodação de uma ampla gama de interesses dominantes em torno de uma mesma proposta política; a disseminação massiva de uma imagem determinada da cidade pelos meios de comunicação; e alguma retribuição material às classes populares. Eis aí, segundo o autor, "os elementos que permitem compreender as origens e o desenvolvimento de um projeto hegemônico que, desde meados da década de 60, vem sendo construído por um grupo particular em Curitiba".

O assunto pode até ser comum a todos

nós, mas até então não havia sido abordado de maneira tão arguta e perspicaz. Vale a pena ler e refletir sobre as brechas que o trabalho abre para novas interpretações dos fatos históricos e sobre os possíveis cenários que acompanharão a continuidade dessa experiência. Para se ter uma idéia: a região metropolitana de Curitiba concentra hoje o segundo parque industrial automobilístico brasileiro, e essa situação está diretamente relacionada às condições e oportunidades de investimento e desenvolvimento da metrópole curitibana.

É freqüente perceber, entre nós da esquerda, um certo menosprezo aos governos e práticas da elite dominante brasileira. É prática corrente desconhecer e ignorar as suas estratégias e mecanismos de viabilização e legitimação políticas. E mais ainda quando o assunto se inscreve fora do eixo Rio-São Paulo. Pois o presente estudo ajuda-nos a desnudar aspectos importantes dessa questão. É preciso reconhecer o mérito do bem sucedido projeto político lernista (Jaime Lerner, ex-prefeito e atual governador do estado), pelo menos em Curitiba. E, doravante, armar-se para enfrentá-lo com mais eficiência e eficácia.

Paulo Chiesa é professor da UFPR.

O ELOGIO DA IMAGINAÇÃO MORAL

Uma das primeiras vítimas da "barbárie competente" do capitalismo atual é o que pode ser chamado de imaginação moral – essa espécie de redistribuição da realidade, do mundo do social e dos seus lugares, de acordo com a promessa e as exigências de expansão da vida. Para a dominação capitalista, a diversidade do mundo, a "dangerosíssima" viagem do um para o outro, a redistribuição do que existe e do que ainda não existe, são um caso de ortopedia e gesso imaterial – "Não mexe não, que não dói".

Poucas coisas no nosso tempo são tão expressivamente agentes da nossa imaginação moral quanto a literatura. Há mais de duzentos anos o romance, irmão siamês do indivíduo e ao mesmo tempo desgarrada maneira que este tem de provar a própria alma no interior do mundo, tem alimentado essa imaginação.

Difícil, por exemplo, saber o que pode e o que não pode o nosso desejo sem sentir com Julien Sorel o gosto de cinzas na boca que, no final de *O Vermelho e o Negro* (Stendhal), segue-se ao seu sonho inflado e napoleônico de jovem que quer pular fora do acanhamento da sua origem. Não dá para saber também muito bem o que venturosamente podem significar os "deslocamentos do feminino" (Maria Rita Kehl), sem o horror da imobilidade do corpo e da alma esplêndidas de Ana Karenina debaixo das rodas de um trem. Que o romance de Tolstói tenha sido o lugar do sacrifício de Ana, isso nos dá como que uma aptidão adquirida para algo diferente desse desfecho: o romance termina, a vida (a nossa) começa. A experiência de compaixão da humanidade talvez não tivesse também um registro tão amplo sem a grande oração pelos mortos que Marcel Proust faz soar no final de *Em busca do tempo perdido*.

Nada portanto tão alheio à ortopedia da dominação social e econômica capitalista

(que vai de par com o iletrismo funcional, com o analfabetismo competente da linguagem instrumentalizada e dos ditados globais, do miserê verbal e semântico da língua do mercado) quanto essa realinhamento da vida, quanto essa secreta e outra economia das paixões humanas, quanto essa curiosa ecologia dos sujeitos, que constituem a literatura.

Não é exagero dizer também que muito pouca coisa é tão diferente dos "programas do possível", do realismo possível, da sujeição ao realmente existente, quanto a própria poesia. Por ser um trabalho no interior da língua, do mundo e da experiência humana, ela como que cria condições de tornar verdade aquilo que expressa. Depois de todo o percurso pela *Divina Comédia*, depois da paixão medida dos seus tercetos, depois das imagens dessa espécie de televisão iluminada e moral da Idade Média que é o poema de Dante, quem duvidará, como nos versos finais do poema, que é mesmo "o amor que move o sol, e as outras estrelas", e que essa é a boa astronomia, esse é o bom amor, e que é nessa que vamos?

É o caso de dizer ainda que não adianta supor que a literatura é um território privilegiada e excentricamente apartado da experiência do humano e do mundo social e que respira o ar de um outro tempo. Esse redistribuição da vida e das possibilidades da vida que ela significa são radicalmente contemporâneas e constitutivas do presente. Já se disse que a poesia é uma conversa entre naufragos de épocas diferentes. Por ser isso que ela é uma forma superior de atualização da experiência humana e da nossa imaginação moral. Suas imagens, registros, seus ritmos, suas situações, interessam absolutamente à imaginação socialista.

José Maria Cançado é crítico literário.



A ETNOGRAFIA DA CIÊNCIA

Paul Rabinow. *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

Coletânea de textos do antropólogo norte-americano cuja obra é uma reflexão das relações entre ciência, poder e experiência social na modernidade. Se os primeiros ensaios discutem o pensamento de Habermas e Foucault e as idéias de modernidade e pós-modernidade, os últimos são mais circunscritos, versando sobre a biotecnologia, o projeto Genoma, a bioética e o biodireito.

Transformações da subjetivas

Joel Birman. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

Uma análise de diferentes aspectos das transformações na subjetividade contemporânea, debatendo também o papel que pode desempenhar frente a elas a psicanálise.

REFLEXÕES SOBRE O PROGRESSO

Paolo Rossi. *Naufrágio sem espectador: a idéia de progresso*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

Três ensaios do historiador da filosofia italiano sobre a idéia do naufrágio das civilizações na aurora da modernidade, sobre a gênese da idéia de progresso como um processo cumulativo e sobre a idéia moderna de crescimento ou de avanço na tecnologia e no saber.

A natureza do teatro atual

Peter Brook. *A porta aberta: reflexões sobre a interpretação e o teatro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

Uma das mais importantes figuras do teatro contemporâneo, o encenador inglês radicado na França expõe, em três ensaios sobre a prática cênica, sua visão sobre o treinamento do ator, a improvisação e a interpretação, a função do diretor, a relação entre texto, espetáculo e espaço, a natureza e o sentido do evento teatral.

A BURGUESIA ACUMULOU AS CONDIÇÕES ECONÔMICO-TECNOLÓGICAS PARA UMA NOVA FASE DE EXPANSÃO DURADOURA, MAS NÃO AS CONDIÇÕES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS.

MARC BONHOMME

A “nova economia” (teleinformática, biotecnologia, eficácia energética e energias não poluentes, novos materiais) pode sustentar uma nova onda longa expansiva? Ou uma crise maior das bolsas de valores pode desencadear uma crise econômica mundial?

Durante os últimos 25 anos, a burguesia, ao menos na América do Norte, conseguiu restabelecer a taxa de lucro do pós-guerra. Ela desenvolveu uma série de novas tecnologias emergentes que começam a se desenvolver em grande escala, ao menos nos Estados Unidos. Pode-se, portanto, dizer que as condições econômicas e tecnológicas da fase ascendente de uma nova onda longa expansiva estão parcialmente reunidas no seio do centro estratégico do capitalismo mundial. O recente crescimento da produtividade nos Estados Unidos é um sinal disso.

Destaquemos que a criação prévia de uma demanda solvente final (isto é, de um crescimento do consumo popular) não faz parte destas condições, ao contrário do que pensam os keynesianos. É, ao contrário, a consequência da vaga de investimentos inicial e sua ampliação decorre do fato de o proletariado conseguir ou não impor uma redistribuição.

A passagem de uma fase recessiva para uma fase expansiva foi acompanhada, no passado, de uma destruição/desvalorização do capital (na última vez marcada pela depressão dos anos 30 e pela Segunda Guerra Mundial). Esta desvalorização é necessária para permitir uma ampliação dos mercados e portanto uma vaga de investimentos suficientes para sustentar uma acumulação de capitais elevada e prolongada. A abertura muito parcial dos mercados no Leste (da RDA à China), mas acompanhada de uma importante desvalorização do potencial industrial que estava instalado, poderia cumprir este papel. Ela deveria, sem dúvida, ser acompanhada de novas grandes destruições físicas do capital nos países industrializados da periferia, de que as guerras do Iraque e dos Balcãs constituiriam os prolegômenos.

O CASTELO DE CARTAS AMERICANO

Porém mesmo que as condições econômico-tecnológicas para uma mudança de fase estivessem reunidas, isto está longe de acontecer com as condições político-institucionais, que são mais determinantes. A situação atual da economia dos Estados Unidos ilustra a contradição. Esta economia funciona a pleno vapor, mas com base, de um lado, no capital mundial que a financia (como mostra o déficit externo que atinge quase 4% do PIB) e, de outro, no déficit recorde do setor privado (rendas menos despesas das empresas e dos consumidores), que atingiu em 1999, 6% do PIB (o nível mais alto desde 1945).

Bill Gates e consortes se banham em uma prosperidade graças, de um lado, ao caos mundial provocado pela livre circulação do

CRISE MUNDIAL OU NOVA ONDA EXPANSIVA?



dólar (apoiado em uma ameaça militar e uma cultura comercial hollywoodiana cada vez mais anestésica) e, de outro, graças à bolha especulativa baseada na bolsa de valores, que cria uma riqueza virtual nos lares mais ricos, incitando-os a consumir, enquanto os lares menos ricos lhes emprestam a taxas de juros relativamente baixas – necessários para dirigir o capital-dinheiro para a bolha bursátil e para sustentar o consumo. O menor choque econômico ou político poderia furar a bolha especulativa da bolsa americana, provavelmente pelo comprometimento do financiamento exterior.

É porque fogem deste cenário como da peste, ou o antecipam, que a burguesia norte-americana juntou-se à japonesa para aumentar os déficits públicos naquele país, de forma a torná-lo novamente o motor da economia do leste asiático. E para certificar-se de que a enorme poupança japonesa continue a irrigar os Estados Unidos, a burguesia ianque demandou do Banco do Japão financiar o déficit japonês, através da inflação monetária. Nada mal para neoliberais campeões da luta contra a inflação e do déficit zero! Por causa de sua fragilidade militar e de sua recessão prolongada, o Japão é vulnerável às pressões norte-americanas em uma zona de fortes tensões militares.

Os Estados Unidos não possuem, o mesmo poder de pressão sobre a União Européia, cujo PIB ultrapassa o dos EUA, um crescimento moderado, uma potência nuclear e doravante unificada em três quartos do seu território pela zona monetária do euro. São as divisões internas da União Européia e uma maior resistência popular às políticas neoliberais que a impedem de se tornar, à médio prazo, uma potência hegemônica igual aos Estados Unidos.

Mas as burguesias européias não tem o mesmo desequilíbrio externo dos Estados

Unidos. O excedente da balança de pagamentos européia permite a seus bancos e transnacionais se reforçarem mundialmente, inclusive nos EUA. Os exemplos são as fusões Daimler-Chrysler, em benefício da multinacional alemã, e da BP-Amoco, em benefício da multinacional inglesa.

UM CAPITALISMO UNIFICADO?

Que condições político-institucionais poderiam levar à fase expansiva de uma nova onda longa? Seria necessário, inicialmente, unificar o capitalismo sob uma direção hegemônica incontestada.

O candidato mais evidente, os Estados Unidos, deveria readquirir sua capacidade de dirigir o processo em curso de concentração e centralização acelerada do capital (as fusões e compras), isto é, resolver seu problema estrutural de balança de pagamentos que o gangrena há trinta anos. As alternativas para isso são, de um lado, a imposição pela burguesia ianque de uma grande austeridade, particularmente sobre as ditas classes médias, para reduzir as importações, o que suporia o recurso a métodos fortes para conter as tensões sociais. Ou, de outro, o fortalecimento e o uso de seu poder militar para impor um financiamento permanente barato não somente do déficit de sua balança de pagamentos mas também de sua exportação de capitais. Mesmo esta segunda opção suporia de toda forma uma estabilização da balança de pagamentos e a realocação de recursos para despesas militares, que já se iniciou.

Para tornar-se hegemônica, a União Européia deveria poder se unificar em um Estado europeu forte o bastante para infligir uma derrota histórica no proletariado do continente, particularmente o alemão e o

francês, e se remilitarizar, para fazer frente aos EUA. Este caminho pressupõe grandes conflitos sociais e um choque de grande envergadura com os Estados Unidos.

RESISTÊNCIA PASSIVA

Qualquer que seja a potência hegemônica que se imponha ainda seria necessário resolver o problema de deslanchar uma vaga de investimentos capaz de sustentar uma acumulação de capital elevada e prolongada. A chave para esta possível vaga reside menos na privatização e na modernização no seio dos atuais países imperialistas e mais no investimento massivo em equipamentos de infra-estrutura privatizados nos grandes países emergentes, como a China, a Índia, a Rússia, a Indonésia e alguns países importantes da periferia.

No início, esta vaga poderia ser financiada pelos fundos de pensão das classes médias nos quais surfam os capitais próprios das burguesias imperialistas e nacionais.

O que impede esta estratégia de avançar é a situação destes países mais importantes da periferia. Suas direções político-econômicas não são suficientemente fortes para simultaneamente impor a seus povos a plena integração de seus mercados nacionais à ordem imperialista e para obter do imperialismo uma parte satisfatória do bolo.

É isso que ocorre hoje na Índia, na Rússia, na China e em países menores como a Indonésia. Estes países, que agrupam quase metade da população mundial, não constituem um ambiente estável de lei e ordem garantindo, de um lado, a prosperidade da propriedade privada e o respeito dos contratos e, de outro, uma plena integração no mercado mundial e uma abertura sem limites à livre circulação de capitais.

MARC BONHOMME É ECONOMISTA E DIRIGENTE DO PARTIDO DA DEMOCRACIA SOCIALISTA DE QUEBEC. ARTIGO ORIGINALMENTE PUBLICADO NA INPRECOR 447, MAIO DE 2000.

EM TEMPO

